PROJETO DE NAÇÃO

O BRASIL EM 2035

Instituto General Villas Bôas

SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS

Instituto Federalista

BRASÍLIA
FEVEREIRO2022

PROJETO DE NAÇÃO

O BRASIL EM 2035

APRESENTAÇÃO

Projeto de Nação é um nome consagrado na sociedade, cujo significado mais preciso reflete, na realidade, o que seria uma Estratégia Nacional (ou Política Nacional, ou Grande Estratégia, ou ainda, Plano de Estado).

Nessa linha de raciocínio, o presente Projeto, a partir da elaboração de Cenários Prospectivos e da descrição do Cenário Foco, decorrentes de ampla Consulta a Especialistas e ao público em geral (Consulta Augures), propõe Objetivos Nacionais (ou Políticos) e Diretrizes Político-Estratégicas, estabelecias após a identificar os óbices para a concretização daqueles Objetivos.

A metodologia empregada – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica (FIGE) – desenvolvida pelo Instituto Sagres, implica um denso diagnóstico de desafios nacionais e internacionais, aqui traduzidos como Temas Estratégicos de alta relevância para o País. Estes últimos dão origem a Incertezas Críticas que apontam diferentes possibilidades de como o Tema poderá se comportar num determinado horizonte temporal, aqui definido como sendo 2035. Vale realçar que foram, inicialmente, levantados 102 Temas, posteriormente consolidados em 37, num processo de aproximações sucessivas.

Para gerar a Consulta Augures, as Incertezas Críticas foram desdobradas em Hipóteses que refletem os possíveis comportamentos do Tema no citado horizonte. A tabulação das respostas dos consultandos, às Hipóteses Propostas, permitiu formular, para cada Tema Estratégico, um Cenário Mais Provável e um Cenário Otimista.

Do estudo desses dois Cenários, a Coordenação do Projeto extraiu um Mini Cenário Foco para cada Tema e, da sua integração, produziu o Cenário Foco – Brasil 2035.

Tendo como norteadores para o futuro, tanto o Cenário Foco como os Mini Cenários Temáticos, a Coordenação do Projeto definiu e propôs os mencionados Objetivos Nacionais e Diretrizes Político-Estratégicas.

Além disso, nos últimos parágrafos da introdução da Parte II – Resumo Executivo – encontra-se uma ideia geral de como implantar e colocar em execução o Projeto de Nação.

SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS

Presidente **Verônica Korilio**
Vice-Presidente **Jacinto Mendes Lopes Júnior**

FICHA CATALOGRÁFICA

Sagres, Instituto

PROJETO DE NAÇÃO – Cenário Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices

102 p.

ISBN: 978-85-53117-02-4.

SAGRES – Políticas e Gestão Estratégica Aplicadas

1. Temas Estratégicos e Incertezas Críticas. 2. Consulta Áugures (especialistas e outros púbicos). 3. Cenários Prospectivos e Cenário Foco. 4. Objetivos Nacionais (Políticos). 5. Diretrizes Político-Estratégicas. 6. Óbices.

Coordenação Geral: General Luiz Eduardo Rocha Paiva
Professora Maria Verônica Korilio Campos

Foto da capa: Arte site Sagres - Fonte: sagres.org.br

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

© SAGRES. 2022. Todos os direitos reservados

Sumário

APRESENTAÇÃO

7 **PARTE I - CENÁRIO FOCO**

9 EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

11 RELATÓRIO DE CONJUNTURA

11 BRASIL EVOLUÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA

23 **PARTE II - TEMAS, OBJETIVOS NACIONAIS E DIRETRIZES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS**

27 RESUMO EXECUTIVO

29 TEMAS ESTRATÉGICOS E SEUS DESDOBRAMENTOS

29 **EIXO I: GEOPOLÍTICA MUNDIAL**

29 **TEMA 01:** Nova Ordem Mundial Multipolar, com predominância de EUA e China.

30 **Tema 02:** Movimento Globalista Mundial.

32 **TEMA 03:** O Futuro da Democracia no Ocidente.

34 **TEMA 04:** Ameaças à soberania e a outros interesses do Brasil em seu Entorno Estratégico.

35 **TEMA 05:** Situação da Economia Mundial.

37 **TEMA 06:** Demanda Mundial por Alimentos.

39 **EIXO II: GOVERNANÇA NACIONAL**

39 **TEMA 07:** Estratégia Nacional (é o próprio "Projeto de Nação" e este Tema tem relação direta com o Tema 8, no tocante a óbices, objetivos e diretrizes).

41 **TEMA 08:** Sistema Integrado de Gestão

43 **TEMA 09:** Evolução do IDH Nacional em 2035.

44 **TEMA 10:** Corrupção no Brasil

46 **TEMA 11:** Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria.

49 EIXO III: DESENVOLVIMENTO NACIONAL

49 **TEMA 12:** Modelo de Desenvolvimento Econômico do Brasil pós Pandemia Covid-19.
51 **TEMA 13:** Infraestrutura Econômica do Brasil.
53 **TEMA 14:** Matriz Energética Brasileira.
54 **TEMA 15:** O Brasil no Comércio Exterior.
56 **TEMA 16:** O Agronegócio no PIB Brasileiro.
59 **TEMA 17:** A Indústria Brasileira.
60 **TEMA 18:** Exploração Mineral no Brasil.
62 **TEMA 19:** Bioeconomia no Brasil.
64 **TEMA 20:** O Turismo no Brasil.
65 **TEMA 21:** Custo Brasil.
66 **TEMA 22:** PIB per Capita do Brasil.

69 EIXO IV: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

69 **TEMA 23:** Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Brasil.
71 **TEMA 24:** O acesso à Internet no Brasil.
73 **TEMA 25:** Ensino Básico no Brasil.
75 **TEMA 26:** Educação Superior no Brasil.
76 **TEMA 27:** Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.
77 **TEMA 28:** Ensino Técnico no Brasil.

79 EIXO V: SAÚDE

79 **TEMA 29:** Sistema de Saneamento Básico brasileiro.
80 **TEMA 30:** Sistema Único de Saúde no Brasil.

83 EIXO VI: SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL

83 **TEMA 31:** Integração da Amazônia ao Brasil.
85 **TEMA 32:** Segurança, Defesa e Projeção do Brasil, diante das restrições internacionais nos campos militar e científico-tecnológico.
87 **TEMA 33:** Evolução da Inteligência Estratégica Brasileira.
89 **TEMA 34:** Defesa Cibernética no Brasil.

91 EIXO VII: SEGURANÇA PÚBLICA

91 **TEMA 35:** Segurança cibernética nos setores de Segurança Pública e Social e Econômico-Financeiro do Brasil.
92 **TEMA 36:** Situação da Segurança Pública no Brasil.
95 **TEMA 37:** Sistema Prisional Brasileiro.

PARTE I
CENÁRIO FOCO

PROJETO DE NAÇÃO
O BRASIL EM 2035

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Cenários Prospectivos nada mais são do que uma "história do futuro", onde narrador e leitores são posicionados no horizonte temporal (neste caso, 2035), para conhecer a evolução de uma conjuntura fictícia, como subsídio para a tomada de decisões, especialmente no nível político-estratégico (objetivos, diretrizes e estratégias).

Não se trata de uma vã tentativa de adivinhar o futuro — até porque isso é impossível – mas sim de um exercício baseado em métodos consagrados para: alargar os mapas mentais; visualizar as principais tendências e suas possíveis rupturas; identificar ameaças e oportunidades; e propor medidas para a construção do melhor futuro possível.

Dados, datas, informações e fatos ocorridos até meados de 2021 foram normalmente descritos, mas, a partir daí, tudo no texto do cenário é, repita-se, fictício e muitos episódios foram inseridos somente para dar maior verossimilhança e compreensão ao conteúdo.

Neste caso, a "história do futuro" é contada como sendo um relatório de conjuntura do escritório brasileiro de uma consultoria internacional (também fictícia), denominada CPEAZ.

Bem-vindo ao futuro e boa leitura!

CPEAZ - Consultoria Política e Empresarial para as Américas
SEÇÃO BRASIL

RELATÓRIO DE CONJUNTURA

BRASIL
EVOLUÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA

Setembro de 2035

A conjuntura mundial, neste ano de 2035, apresenta-se marcadamente complexa e com relevantes peculiaridades — algumas jamais vivenciadas, pelo menos na escala e na intensidade atuais. A predominância dos Estados Unidos da América (EUA) e da China, em âmbito internacional, não chega a caracterizar uma hegemonia dessas duas potências, mas sim um ordenamento que pode ser considerado multipolar, uma vez que União Europeia, Reino Unido, Japão, Índia e Rússia também desempenham importantes papéis.

Nesse quadro, a política externa brasileira tem buscado uma posição de franca neutralidade, de modo a preservar a maior liberdade de ação possível, considerando que diversas nações são muito importantes para nossas relações exteriores. É uma neutralidade *pragmática e ética*, que visa a manter interações positivas com diversificado leque de países, valorizando nossos interesses, evitando dobrar-se a pressões e coações e aproveitando eventuais oportunidades geradas por conflitos extrínsecos. Para tanto, o Brasil tem envidado esforços no sentido de ampliar sua autonomia econômica, social, militar e científico-tecnológica, ao tempo em que ocupa espaços junto a nações não alinhadas, tentando firmar-se como potência emergente.

Os obstáculos, contudo, têm sido enormes, dentre eles o chamado *globalismo* — movimento internacionalista cujo objetivo é determinar, dirigir e controlar as relações entre as nações e entre os próprios cidadãos, por meio de posições, atitudes, intervenções e imposições de caráter autoritário, porém disfarçados como socialmente corretos e necessários. No centro desse movimento está a elite financeira mundial, ator não estatal constituído por megainvestidores, bancos, conglomerados transnacionais e outros representantes do ultracapitalismo, com extraordinários recursos financeiros e econômicos.

O argumento central do *globalismo* é que problemas cada vez mais complexos — como crises econômicas, proteção do meio ambiente e os direitos das minorias — requerem um processo centralizado de tomada de decisões, em nível mundial. Eventualmente e em casos específicos, essa elite tem se aliado a países centrais, organismos internacionais, organizações não governamentais (ONGs) e governos nacionais de quaisquer ideologias, com vistas a projetar seus interesses em escala global. Todavia, a ideia de um governo mundial ainda está longe de se concretizar, devido a divergências relativas aos temas da chamada "agenda global", particularmente entre os países centrais.

No Brasil, atualmente, é visível a união de esforços entre determinadas entidades nacionais e o movimento *globalista*, inclusive com o apoio de relevantes atores internacionais, visando a interferir nas decisões de governantes e legisladores, especialmente em pautas destinadas a conceder benesses a determinadas minorias, em detrimento da maioria da população, a exercer ingerência em nosso desenvolvimento econômico, usando pautas ambientalistas a reboque de seus interesses e não pela necessária preservação da natureza, e a provocar crises que enfraquecem a Nação em sua busca pelo desenvolvimento.

O *globalismo* tem outra face, mais sofisticada, que pode ser caracterizada como "o ativismo judicial político-partidário", onde parcela do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública atuam sob um prisma exclusivamente ideológico, reinterpretando e agredindo o arcabouço legal vigente, a começar pela Constituição brasileira.

É possível afirmar, porém, que diversos segmentos da sociedade brasileira souberam se posicionar, de modo a elevar a capacidade do País para enfrentar os desafios do jogo do poder — nacional e internacional. Assim é que, nas últimas duas décadas, sucessivas manifestações de grande porte tiveram, como ator coletivo, significativa parcela do povo que hoje se identifica como conservador e liberal, pressionando por mudanças estruturais no sistema de educação e no sistema político, em um processo que culminou com o despontar de novas lideranças. Estas ocuparam importantes espaços onde antes prevaleciam as antigas lideranças patrimonialistas e fisiológicas, em grande medida envolvidas em corrupção. Ainda existem nichos em que essas últimas exercem poder e influência, mas não há como negar que o regime democrático está mais estável e que o combate à corrupção, no Brasil, apresenta uma evolução positiva.

Boa parte desses resultados pode ser creditada ao aperfeiçoamento do modelo de educação, pública e privada, como será mais adiante descrito. Os currículos foram "desideologizados" e hoje são constituídos por avançados conteúdos teóricos e práticos, inclusive no campo social, reforçando valores morais, éticos e cívicos e contribuindo para o progressivo surgimento de lideranças positivas e transformadoras. O crescimento dos movimentos sociais de combate à corrupção teve frutos benéficos, pois a sociedade os apoiou e muitos atraíram as citadas lideranças transformadoras, permitindo saltos de qualidade e de eficácia no combate à corrupção. Da mesma forma, houve o enfraquecimento das correntes políticas de ideologias radicais, reduzindo a cisão social e aumentando a coesão nacional.

Também na última década, determinados conflitos no Entorno Estratégico do Brasil ameaçaram a soberania nacional, com prejuízo para explorar o próprio patrimônio, comprometeram nossa liderança regional. Como exemplo pode ser citado o contencioso de 2028 entre EUA e seus aliados, de um lado, e China e Rússia, de outro, tendo como palco a Guiana e sua produção de ouro e, especialmente, de bauxita. A potência oriental adquiriu vastas áreas de mineração da Guiana e iniciou um processo acelerado de produção predatória para o meio ambiente, com vistas a atingir a liderança do mercado mundial, dominado pela Austrália. Os impactos logo se fizeram sentir no Suriname, na Venezuela e mesmo no Brasil. Houve forte reação de entidades ambientalistas internacionais e de direitos humanos, tendo em vista as condições degradantes dos empregados. Uma escalada nas negociações motivou o deslocamento de parte da Quarta Frota dos EUA para as proximidades da Costa da Guiana e da Venezuela. Por fim, acordos internacionais foram firmados, restringindo a produção de bauxita e alumínio em toda a América do Sul — inclusive pelo Brasil, na condição de maior produtor das Américas e quarto maior produtor mundial. Os prejuízos atualmente ultrapassam US$ 4 bilhões.

Nosso Entorno Estratégico engloba a América do Sul, estendendo-se ao Caribe, à costa Ocidental Africana e ao Atlântico Sul, chegando à Antártida. Por outro lado, soberania — um dos cinco Fundamentos da República Federativa do Brasil (Art. 1º da Constituição Federal) — é a situação de um país quando não existe um ator superior em seu território. A História ensina que, por vezes, quando o ônus do conflito possa ser alto, as potências optam por uma negociação pacífica e um acordo, dividindo os bônus da região em disputa, mesmo à custa dos países condôminos.

Na década de 2020, ciente dos riscos desses conflitos, o Brasil percebeu que necessitava desenvolver capacidade de dissuasão extrarregional, a fim de garantir sua soberania e resguardar seus interesses, quando da solução de contenciosos em seu Entorno Estratégico. No entanto, como defesa não se improvisa, a capacidade de dissuasão contra potências globais demora a alcançar um grau elevado de efetividade. Assim, atualmente, em eventuais conflitos que envolvem altos interesses de potências mundiais, embora o Brasil participe da solução, tem encontrado dificuldade para preservar interesses importantes, inclusive, a plena soberania para explorar seu próprio patrimônio, como ocorreu no conflito anteriormente destacado.

Muitos dos contenciosos internacionais têm, como pano de fundo, a economia mundial, cujo curso evolutivo foi severamente impactado pela pandemia da Covid-19, no início dos anos 2020, bem como pela pandemia de 2027/28, motivada pelo “Xvírus”, um vírus ainda mais agressivo, mas que foi controlada em menos de um ano. Nesse panorama, considera-se positivo o fato de o PIB mundial ter alcançado, neste ano de 2035, níveis mais elevados que aqueles da pré-pandemia (US$92,61 trilhões em 2019, dados do FMI). Também foram superados os eventos adversos de cunhos políticos, econômicos, comerciais e sociais. O PIB mundial, como se sabe, estabelece um parâmetro das riquezas que foram produzidas no mundo, a fim de comparar o nível do crescimento econômico dos países participantes do

ranking. Além disso, esse cálculo possibilita análises sobre os diferentes setores, demonstrando aqueles em que há maior geração de renda e os que possuem menor peso.

Esse crescimento teve reflexos na demanda mundial por alimentos, porque pessoas com maior poder aquisitivo consomem mais. Além disso, o aumento populacional, em todo o mundo, também pressiona por mais alimentos. Nesse campo, o agronegócio brasileiro tem obtido sucessivos ganhos de produtividade, ampliando nossa vantagem competitiva em âmbito internacional. Para se ter uma ideia, atualmente o País produz cerca de 35% a mais do que há quinze anos, sem desmatamentos significativos e de maneira ambientalmente responsável e sustentável. Lideranças políticas, empresariais e a sociedade compreenderam a importância de o capital nacional ter preeminência nas decisões nesse campo de alta relevância estratégica, diante das iniciativas de atores alienígenas de assumir posições decisórias no agronegócio do País. A própria imagem do Brasil no exterior tem se apresentado cada vez melhor, mesmo depois de frequentes ataques arquitetados por entidades com escusos interesses.

Essa mudança de imagem deve ser, em grande parte, creditada à Estratégia Nacional (EN), finalmente adotada em meados da década de 2020. Essa EN foi consolidada em documentos que englobam as estratégias a serem aplicadas para conquistar e ou manter os Objetivos Nacionais (ON), estabelecidos pelo mais alto nível de direção do Estado (nível político), e de acordo com Diretrizes Político-Estratégicas por ele definidas.

A EN foi implantada depois de uma série de interações e audiências com representantes do Poder Público — Executivo, Legislativo e Judiciário — em todos os níveis (União, Estados e Municípios), bem como da iniciativa privada e do chamado Terceiro Setor. Há ainda reações de diversos atores setorizados, mas a maioria concorda e acompanha a implantação do Centro de Governo (CdG) e do Sistema Integrado de Gestão Estratégica (SIGE-BR). Nos últimos anos, já é possível afirmar que significativa parcela da população vê a EN como fonte de motivação, sinergia, autoconfiança, autoestima e credibilidade. E reconhece que deu rumos para orientar, unir e dar continuidade aos esforços da sociedade, em busca do desenvolvimento, da segurança e do bem-estar. Importante frisar que os coordenadores e articuladores têm sido flexíveis, a ponto de oportunamente implementar as alterações que os cenários indicaram, bem como contemplar as mudanças típicas da alternância de poder de uma democracia.

Essa flexibilidade proporciona ao Centro de Governo ferramentas para vencer uma série de obstáculos, no sentido de orientar, coordenar e garantir a convergência de estratégias e ações estratégicas, ao tempo em que permite a aplicação de técnicas, ferramentas e práticas flexíveis e adequadas às diferentes realidades existentes entre instituições e nas unidades da federação. O CdG foi um dos fatores que possibilitou ao Brasil ingressar na OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), **em meados da década de 2020.**

Por sua vez, o SIGE-BR busca oferecer orientações e claras linhas mestras de atuação, com apoio de técnicas e ferramentas plenamente aderentes, apropriadas e adap-

táveis à realidade dos diferentes contextos ambientais ou regionais e de cada organização em particular. Com ela, o CdG tem trabalhado para monitorar os cenários prospectivos e a evolução diária e imediata da conjuntura, assessorando o mais alto nível de governo em face das ameaças e oportunidades. Além disso, tem atuado para orientar as estratégias governamentais e setoriais em execução, buscando coordená-las e convergi-las para garantir a consecução dos objetivos nacionais (ou políticos). Na atualidade, contudo, é forçoso reconhecer que, tanto essa integração quanto a plena atuação do CdG ainda encontram reações.

Essa nova estrutura político-estratégica — EN, CdG e SIGE-BR — foi desenhada com o perfil desejado pela maioria da população brasileira, que se fez ouvir não somente em manifestações de grande magnitude, mas principalmente nas urnas, em sucessivos períodos eleitorais. Mesmo considerando-se que, em pleno Século XXI, qualquer perfil político-ideológico apresenta-se com contornos de difícil definição, no caso atual é válido afirmar que os cidadãos brasileiros, em sua maior parte, identificam-se como Conservadores evolucionistas, no campo psicossocial, e Liberais, porém, conscientes da responsabilidade social de apoiar, com políticas públicas sustentáveis, as camadas carentes da sociedade.

Ser Conservador significa defender a manutenção daquilo que dá efetivo vigor às instituições sociais tradicionais, transmitindo a cada geração o que há de melhor em termos de experiências e contributos humanos, no contexto da cultura e da civilização. Seus principais valores são a liberdade e a ordem, com destaques para a liberdade política e econômica e a ordem social e moral. O Conservador evolucionista não é imobilista, porque advoga que as mudanças e o contínuo desenvolvimento são necessários e saudáveis para as nações, mas a progressiva complexidade conjuntural exige que essas mudanças sejam prudentes e graduais, levando em consideração a experiência, a História e as tradições. Vale dizer que, em uma sociedade dinâmica, a permanência e a evolução são reconhecidas e conciliadas.

Outra realidade que se tornou visível, nos últimos anos, é que regimes democráticos contemporâneos constituem o principal ambiente de convergência, reconhecimento e reunião entre conservadores e liberais. Estes promovem as liberdades civis em seus mais amplos sentidos, com destaque para a liberdade de expressão, sempre admitindo as correlatas responsabilidades; incentivam o trabalho voluntário, em franca contraposição ao coletivismo involuntário, imposto pelo Estado; adotam um liberalismo econômico não desmedido e com responsabilidade de apoio social como um dos fundamentos da democracia, cabendo ao Estado o poder regulador sobre ativos econômicos de alto risco social, no exercício de sua função supletiva, de subsidiariedade; defendem o individualismo econômico, a competição, a meritocracia e o sistema de livre empresa; advogam que as intervenções do Estado na Economia devem regular as relações de mercado e permanecerem restritas às áreas estratégicas essenciais para a soberania nacional; defendem a desestatização da Economia e a iniciativa privada, tendo em vista as perenes limitações da gestão pública frente ao arcabouço normativo; reconhecem a garantia da propriedade privada como essencial para a liberdade, para o estímulo à produção e para o desenvolvimento socioeconômico e cultural; e julgam

que é necessário e possível conciliar a proteção da natureza com a exploração cuidadosa dos recursos naturais, na busca do desenvolvimento socioeconômico responsável.

A divulgação desse perfil conservador evolucionista e liberal com responsabilidade social — antes existente, porém não identificado — contribuiu em boa medida para atenuar cisões internas em território brasileiro, particularmente em seus matizes ideológicos, étnicos e religiosos, com reflexos positivos para a estabilidade político-social e a projeção internacional do País. Isso foi fundamental para amenizar as graves crises provocadas pela pandemia do coronavírus, nos anos de 2020/21, e pela pandemia do "Xvírus", de 2027/28.

O Brasil foi um dos países mais afetados pelas pandemias, com milhares de perdas humanas e fortes impactos negativos sobre a economia. A recuperação só foi possível porque sucessivos governos e iniciativa privada lograram conquistar a confiança de investidores, consolidando um arcabouço normativo que garantiu segurança jurídica aos empreendimentos. Além disso, reduziram a burocracia, atualizaram a legislação tributária, reduziram impostos e melhoram a eficiência pública, especialmente por intermédio de programas de desestatização. Nos últimos quinze anos, a matriz econômica nacional mudou, embora ainda haja uma predominância do setor de Comércio e Serviços. A Indústria recuperou parte de seu papel, especialmente em simbiose com o agronegócio — que tem sido o sustentáculo e o grande responsável pelo crescimento econômico nacional. Essa integração agronegócio-indústria, em especial com a *Indústria 4.0*, foi um fator importante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Nordeste e para ampliar a integração da primeira às demais regiões do País. O agronegócio recebeu incentivo para se expandir no Nordeste e, na Amazônia, investiu no aumento de sua produtividade sem expansão territorial das áreas ocupadas. Houve recuperação de áreas degradadas e improdutivas e investimento no desenvolvimento regional com esforço na preservação dos diversos ecossistemas amazônicos. O retorno foi muito positivo no campo da economia e da projeção do País, pois enfraqueceu as campanhas que o apresentavam como vilão nos debates sobre impactos ambientais e climáticos, verdadeiros ou não, mas colocados na conta da exploração de recursos naturais.

O agronegócio tem sido, há anos, o propulsor do desenvolvimento e o grande demandante da modernização da infraestrutura de transportes. A malha rodoviária tem sido constantemente incrementada, mas o destaque maior é da malha ferroviária, que triplicou, na última década, valendo-se de investimentos privados. Também os portos e aeroportos foram desestatizados e passaram por sucessivos processos de melhoria e modernização, barateando os custos logísticos e aumentando a competitividade das exportações. Outro destaque é a navegação de cabotagem, antes praticamente esquecida e que agora responde por mais de 15% do total de cargas que circula no País. A malha aquaviária interna teve um forte impulso, com diversas hidrovias integradas a outros modais, contribuindo para ampliar o fluxo comercial e reduzir o Custo Brasil.

A energia é outro componente da infraestrutura econômica que teve grande variação no passado recente. O consumo de energia é diretamente proporcional ao crescimento econômico e sua oferta é fundamental para os diversos setores. Nosso País sempre teve

uma matriz elétrica predominantemente limpa, com destaque para as hidrelétricas. Contudo, a energia eólica e a energia fotovoltaica cresceram muito, não só atendendo à crescente demanda como também ocupando espaços antes destinados às poluentes usinas termoelétricas. Em 2020, a energia eólica e a energia fotovoltaica respondiam por pouco mais de 10% da Matriz Elétrica Brasileira e, hoje, esse percentual aproxima-se de 30%, especialmente com o incremento exponencial da energia fotovoltaica distribuída, ou seja, produzida e consumida diretamente por pequenas propriedades.

O agronegócio também tem sido a locomotiva de nossas exportações e o maior responsável por nossos êxitos como integrantes do comércio mundial. A participação do País no *ranking* de comércio exterior é uma das medidas do quanto somos um ator relevante na economia mundial, bem como um dos fatores de projeção do poder nacional, gerando capacidade de influenciar em fóruns mundiais sobre qualquer tema. Quanto mais equilibrado for o balanço de pagamentos e maior a participação do comércio exterior na economia, mais competitiva e sustentável ela será.

Historicamente, o Brasil participava com somente cerca de 1% da corrente de comércio mundial (soma de exportações e importações), situando-se, em 2020, como o 26º maior exportador e o 29º maior importador. Atualmente, reformas na área tributária, trabalhista e judicial proporcionam segurança jurídica para os investidores, que trabalham para melhorar a 19ª colocação do País como exportador internacional.

Relatório recentemente divulgado pelo Fórum Econômico Mundial aponta que, em um *ranking* global de competitividade que abrange mais de 150 países, o Brasil ocupa a 49ª posição. Em 2019, ocupava a 71ª posição. Historicamente, EUA, Hong Kong, Holanda, Suíça, Japão, Alemanha, Suécia e Reino Unido seguem liderando o *ranking*, com poucas variações.

Para melhorar a competitividade, foi preciso um esforço adicional no sentido de reduzir o chamado “Custo Brasil”, ou seja, um conjunto de fatores adversos que tornam o custo de produzir e comercializar, em território nacional, maior do que na maioria dos países desenvolvidos. Altos tributos, encargos sociais exagerados, órgãos e entidades com posições e decisões ideologizadas, insegurança jurídica, descumprimento de contratos, excessos burocráticos, corrupção, criminalidade exacerbada e impune, bem como deficiências na infraestrutura econômica (transportes, logística, energia e telecomunicações) são os principais obstáculos que foram amenizados nos últimos anos, com vistas a diminuir o Custo Brasil, embora não eliminados.

Por outro lado, os ganhos de produtividade estão relacionados aos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), especialmente no setor de agronegócio, proporcionando saltos de qualidade inimagináveis há cerca de 30 anos. Hoje, esse é o setor responsável pela melhoria da competitividade do País, com reflexos significativos para o setor industrial. A chamada “indústria do agro” foi fundamental para uma reviravolta na indústria brasileira, que há cerca de duas décadas patinava na competição com os gigantes internacionais da manufatura de ponta.

Os investimentos realizados em CT&I tiveram — e terão, cada vez mais — impactos em todos os setores. Na década passada, o percentual do PIB investido em CT&I aumentou de 1,3% para próximo de 2%, permitindo a formação e manutenção de quadros qualificados, bem como de adequada infraestrutura de pesquisa. Atualmente, o País desfruta de maior autonomia para desenvolvimento de seus programas prioritários, com maior independência em relação a restrições externas.

Na área de CT&I, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) desempenham papel fundamental. Por isso, o incremento do acesso à internet representou um salto de qualidade, com reflexos fundamentais para a produtividade, principalmente por ter chegado às áreas rurais e aos pequenos municípios. O advento e a implantação da tecnologia de 5ª geração (5G) permitiu que mais de 85% da população, atualmente, desfrute de Internet de alta velocidade, com custos e preços equiparados ao mercado internacional. Todavia, a 6ª geração (6G) já é uma realidade em diversos países e os termos do edital do governo para as concessões ainda estão em discussão no âmbito do Legislativo. Essa nova tecnologia permitirá o acesso à internet por toda a população, a velocidades que atendem às mais modernas exigências.

Os investimentos em CT&I e em novas TIC permitiram também que empreendedores industriais criassem nichos nacionais de mercado, onde as tecnologias digitais (Indústria 4.0) assumiram papel central, resultando na produção de itens de maior valor agregado. O País também desenvolveu o seu enorme potencial em biodiversidade e biomassa, investindo na bioeconomia industrial. Atualmente, os bens de capital desenvolvidos e produzidos em território nacional estão sendo cada vez mais requisitados por outros países vocacionados para o agronegócio, o que abre um favorável leque de perspectivas para a exportação.

O mesmo não acontece, contudo, no setor de mineração, especialmente no que se refere à exportação de alto valor agregado. Atendendo às manifestações ambientalistas — internas e externas — o Brasil estabeleceu normas mais rígidas para a exploração mineral, que retardaram o desenvolvimento de pesquisas e, consequentemente, de implementação de estratégias para ampliar a exploração mineral com agregação de valor aos produtos dela decorrentes. Assim, a exportação de minérios *in natura* permanece com relevante presença nesse comércio, sendo um objetivo dos últimos governos a sua diminuição em prol do aumento da participação da mineração com alto valor agregado na economia nacional.

Outra área ainda por se desenvolver plenamente é a da bioeconomia. Países desenvolvidos como os integrantes da OCDE têm plena consciência da elevada importância estratégica da bioeconomia para reforçar a pujança econômica dos países e a sua consequente projeção em posição de destaque nas relações internacionais. A partir dos anos 2020, o Brasil ampliou a pesquisa e os investimentos nesse setor, principalmente por intermédio de parcerias público-privadas (PPP). No entanto, a necessidade de atender a outros setores prioritários, com demandas mais urgentes, retardou o direcionamento de algumas estratégias específicas, deixando de atender, plenamente, a todos os Objetivos Nacionais.

A melhoria da imagem do Brasil no exterior, como já explanado, foi conseguida com muito esforço e vencendo sistemáticos trabalhos de vários atores internacionais, os quais buscaram sempre diminuir nosso País na condição de competidor mundial. Os sucessos alcançados, embora ainda estejam em níveis aquém do desejado, refletem positivamente em vários setores. No turismo, por exemplo, o Brasil saltou da 32ª para a 23ª posição, no Índice de Competitividade Global em Viagens e Turismo (ICGVT), desde o início dos anos de 2020 até os dias atuais. Há amplo consenso, entre economistas, sobre as vantagens do incremento do Turismo — que normalmente preserva o meio ambiente, melhora a qualificação dos envolvidos, gera emprego e renda de qualidade e em quantidade, promove investimentos em infraestrutura e desenvolve inovadoras tecnologias de informação e comunicação. E o potencial turístico nacional, segundo especialistas, indica que essa melhoria ainda é tímida e, portanto, muito há a ser feito nesse setor, como planejamento público integrado, gestão descentralizada e colaborativa, preservação ambiental e cultural, tecnologias de informação e comunicação, ampliação das infraestruturas básica e turística, valorização dos segmentos turísticos prioritários, investimento contínuo em capacitação e qualificação superior em Turismo e em Segurança Pública, dentre tantos outros.

Outros avanços socioeconômicos merecem ser destacados. O PIB per capita (PPC) — que é o Produto Interno Bruto, ou seja, tudo o que é produzido pelo país, dividido pelo número de habitantes — atualmente é sensivelmente melhor do que há 15 anos. No início dos anos 2020, o PPC do Brasil era o 77º e, atualmente, é o 64º do mundo. Em termos absolutos éramos a 9ª e agora somos a 6ª economia do Planeta.

O PPC é um dos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — que é o índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU e, no Brasil, é utilizado pelas três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal). Combina dados sociais e econômicos: expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita (PPC), como forma de aferir o padrão de vida das pessoas. Há 15 anos o IDH médio brasileiro era de 0,765, o que nos colocava na 84ª posição, no ranking mundial. Atualmente estamos na 67ª posição, com um IDH médio de 0,8. Mas é importante constatar que, apesar dos esforços empreendidos, relevantes desigualdades regionais e sociais ainda persistem, embora tenham sido bastante abrandadas.

Os dados sobre a educação básica também tiveram bastante influência sobre a evolução do IDH. Há décadas que a maioria da população brasileira — ou, pelo menos, a maioria das pessoas que ocupam posição de destaque em seu ambiente social ou de trabalho — considera que a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) é o tema mais importante para o desenvolvimento do Brasil. No entanto, há tempos uma parcela de nossas crianças e adolescentes sofria com a ideologização do sistema educacional, com **a** doutrinação **facciosa** efetuada por professores **militantes de correntes ideológicas utópicas e radicais, com prejuízo da** qualidade do ensino. Foram décadas de atraso, que condenaram o País ao subdesenvolvimento e à baixa produtividade. No exame do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), por exemplo, os resultados

sempre foram comprometedores, colocando o Brasil entre os últimos colocados. Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), coordenado pelo Ministério da Educação, outros fatores parecem atenuar nossas deficiências, mas não escondem a histórica péssima qualidade da nossa Educação Básica.

Esse quadro só começou a mudar nos últimos 15 anos, quando a sociedade, mais amadurecida e consciente, passou a exigir mudanças e a se contrapor às agressões — físicas, mentais e psicológicas — a que seus filhos e conhecidos eram submetidos, no ambiente escolar, por uma parcela daqueles que deveriam ser seus líderes e abnegados educadores.

A partir daí, um longo e lento processo de melhoria vem sendo observado, embora em ritmo mais lento do que se deveria exigir. Com base em boas práticas internacionais, os currículos e as práticas pedagógicas estão sendo revisados, novas tecnologias educacionais estão sendo adotadas, sem serem supervalorizadas com relação ao ensinamento dos conteúdos das disciplinas, a infraestrutura física está sendo reformada e os professores estão sendo aperfeiçoados. Além disso, especial atenção está sendo conferida à valorização de boas práticas de comportamento, civismo, cidadania e disciplina dos alunos, bem como à formação e ao aperfeiçoamento de professores no tocante aos aspectos profissionais, comportamentais, morais e éticos.

Com isso, as avaliações mais recentes têm mostrado importantes progressos, indicando que as mudanças e as novas práticas estão no rumo certo, embora sempre caibam constantes aperfeiçoamentos. Isso vale também para o Ensino Técnico (correspondente ao 2º grau), que teve uma boa evolução, em relação ao nível de desempenho registrado nos primeiros anos da década de 2020. Atualmente, é possível afirmar que os cursos técnicos já atendem em melhores condições às demandas da sociedade e às necessidades do mercado, em quantidade e em qualidade. Parcela desse êxito deve ser creditada ao envolvimento dos três principais atores do processo: o ente público, as instituições de ensino e o setor produtivo, modelo que formata o conceito da *Tríplice Hélice*.

Quanto à Educação Superior, o quadro não era muito diferente. Amplos setores das Instituições de Ensino Superior (IES) — principalmente as públicas — transformaram-se em centros de luta ideológica e de doutrinação político-partidária. Em sala de aula, pouco era feito no sentido de transmitir os conteúdos, ensinar o aluno a pensar, orientar as pesquisas sobre as diversas correntes de pensamento e elucidar sobre como realizar as melhores análises, buscando as opções de vida mais favoráveis, segundo as crenças e convicções de cada aluno. Tudo era feito para que o aluno fosse obrigado a pensar exatamente como pensava o professor, caso contrário não conseguiria se formar e tampouco seria aceito pelo grupo. Nos ensino universitário, inclusive no Superior Tecnológico, os debates políticos e ideológicos se tornaram equilibrados, com abertura para diferentes correntes de pensamento.

O ponto crítico de maior relevância era a baixa qualidade da gestão do sistema educacional, não tanto o montante de recursos financeiros a ele dedicado. Por isso, nos meados da década de 2020 foi iniciado um processo de melhoria da gestão, o qual foi alvo de

acentuadas críticas, baseadas na autonomia das universidades. Um marco importante para a melhoria de desempenho das universidades públicas, mas que sofreu forte resistência para vingar, foi a decisão de cobrar mensalidades/anualidades, segundo critérios que levaram em conta a renda pessoal do aluno e ou de seu responsável, o número de alunos sob o mesmo responsável, a concessão de bolsas a alunos de camadas carentes e para os de elevado nível de desempenho. Os avanços foram lentos, mas com ótimo resultado, gerando reflexos positivos nos cômputos das avaliações do SINAES (Instituições, Curso, Desempenho dos Alunos) e, em consequência, uma pequena melhora no posicionamento das IES brasileiras nos *rankings* mundiais de qualidade.

Nas últimas três décadas, os cursos do Ensino Superior Tecnológico (EST), cuja graduação é a do ensino universitário (bacharelado e licenciatura), tiveram grande expansão em quantidade, com boa aproximação às empresas do setor produtivo, mas ainda deixando a desejar no que concerne ao aperfeiçoamento dos conteúdos científico-tecnológicos. A curta duração dos cursos (dois a três anos), as mudanças sociais e econômicas e a criação de novos produtos trouxeram de volta os alunos mais interessados em adquirir competências para os novos e mutantes mercados de trabalho. Com isso, os cursos EST se tornaram reconhecidos veículos de capacitação para os trabalhadores, o que beneficiou uma grande parte da população economicamente ativa, ampliou os índices de empregabilidade e contribuiu para a ascensão social do trabalhador, trazendo reflexos positivos à economia, ao desenvolvimento nacional e ao bem-estar social.

Atualmente, os cursos do EST continuam se expandindo e evoluindo positivamente, como se constata na Avaliação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), onde o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), nos conceitos baixo e regular, registra sensível diminuição, em relação aos percentuais do início dos anos 2020.

O terceiro e último componente do IDH é a Saúde, fundamental para o bem-estar da população em todo o Planeta. Historicamente, o Sistema Único de Saúde (SUS) consome considerável parcela do orçamento nacional e atende precariamente os cidadãos. Sua concepção e formatação certamente foram revestidas das melhores intenções, mas a magnitude e a abrangência do Sistema representam um desafio inédito no mundo. Além disso, desde o início o SUS sofre com precários processos de planejamento, gestão e controle, os quais dificultam sobremaneira um adequado atendimento aos segmentos necessitados, fazendo com que cerca de um quarto da população recorra a planos de saúde privados — a chamada Saúde Suplementar.

Além disso, as duas pandemias dos anos de 2020 (Coronavírus e “Xvírus”) consumiram vultosos recursos que, de modo geral, não ofereceram substanciais legados posteriores — em qualidade e em quantidade. No entanto, comprovaram que o SUS tinha pontos fortes e que seus pontos fracos poderiam ser mitigados e, em alguns casos, eliminados.

Vale assinalar os esforços empreendidos por sucessivos governos, a partir do início da década de 2020, com vistas a aperfeiçoar o sistema de gestão e controle dos recursos públicos alocados para o SUS. Além disso, a partir de 2025, o Poder Público passou a cobrar indenizações pelos serviços prestados, exclusivamente das pessoas cuja renda familiar fosse maior do que três salários mínimos. Essa medida encontrou forte resistência, especialmente da oposição política, mas atualmente comprova-se que não somente trouxe mais recursos para o SUS como também racionalizou atividades e procedimentos — o que contribuiu para o aperfeiçoamento da gestão. Hoje o Sistema tem apresentado melhores condições de sustentabilidade que, somadas ao desenvolvimento do setor de Saneamento Básico, resultaram em gradual melhoria da saúde pública no Brasil.

Em meados de 2020, com a aprovação do novo Marco Legal do Saneamento Básico, o Brasil entrou em uma nova era. Naquela época, um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicava que a universalização dos serviços de água e esgoto poderia reduzir em até R$ 1,45 bilhão os custos anuais com saúde. Além disso, Organização Mundial da Saúde (OMS) indicava que, a cada R$1,00 investido em saneamento, deverá ser gerada economia de R$4,00 com a prevenção de doenças causadas pela falta do serviço. Naquele ano, 35 milhões de pessoas não tinham acesso a água tratada e mais de cem milhões não dispunham de serviços de coleta de esgoto.

Nos anos seguintes, ações judiciais amparadas em decisões eivadas de ativismo político prejudicaram os investimentos, exigindo novos aperfeiçoamentos no Marco Legal. Com isso, foi possível estabelecer adequada segurança jurídica aos investidores privados, inclusive internacionais, atraindo recursos e empresas dotadas de avançados mecanismos de gestão. Assim, apesar dos atrasos, hoje 92% da população brasileira tem acesso à água potável e 80% ao tratamento e à coleta de esgoto.

Dentre os cidadãos ainda não plenamente atendidos pelo Saneamento Básico, a maior parte concentra-se na Amazônia, devido às dificuldades de acesso e integração. Paulatinamente e, em particular, nos últimos dez anos, os investimentos públicos e privados na infraestrutura de transportes da Amazônia permitiram ampliar sua implantação, manutenção, modernização e otimização, logrando visível melhoria na integração da Região às demais regiões e ao núcleo de poder nacional. Porém, os resultados ainda estão em um nível aquém do necessário, em alguns setores importantes, para que a integração assegure pleno atendimento às demandas decorrentes do desenvolvimento, da segurança nacional e do bem-estar da população local. Estão por ser mais bem equipados e implementados os projetos relacionados com a vigilância e o controle de fronteiras e a defesa da Pátria.

A Amazônia sempre demandou do Brasil — e agora mais do que nunca — capacidade de dissuasão militar extrarregional e de projeção de poder, por parte das nossas Forças Armadas. Com o amadurecimento da sociedade e com maior participação de Conservadores e Liberais, é possível afirmar que, nos últimos anos, significativos segmentos sociais passaram a identificar as ameaças, potenciais e reais, ao País e, particularmente, à Região Norte. Com isso, o Legislativo e o Executivo alocaram recursos para projetos estratégicos

de Defesa Nacional, apesar de pressões internacionais contra o nosso fortalecimento militar e científico-tecnológico.

Assim, o País adquiriu maior liberdade de ação para defender seus interesses de segurança e de projeção no Entorno Estratégico. Em consequência, ampliou sua capacidade para enfrentar pressões externas que ameacem a soberania, a integridade territorial e a projeção de poder em apoio à Política Externa do Brasil.

Nesse contexto, destaque-se a prioridade que foi concedida à Segurança Cibernética, uma necessidade característica do Século XXI. A cooperação internacional nunca foi descartada, mas a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética — de 2020 e atualizações — reconheceu que, em determinadas conjunturas, aliados poderiam ser oponentes ou se unir a outros, conforme episódios recentes comprovam.

A história também revela a efetividade de ameaças reais, envolvendo atores estatais e não estatais, internos e internacionais. Em 2027, 2029 e 2030, o próprio Brasil foi vítima, de ataques cibernéticos que trouxeram prejuízos, embora tenham sido oportunamente combatidos.

Assim sendo, optou-se por desenvolver a Segurança Cibernética nacional com o máximo de autonomia. Pesquisas recentes indicam que a maioria da população reconhece os riscos de ataques às nossas Infraestruturas Críticas, sejam militares ou civis, como as que gerenciam as finanças, telecomunicações, energia elétrica, água, tráfego aéreo e outras, todas passíveis de ser afetadas e entrar em colapso, tornando indefeso e paralisando o País. Especialmente ao longo dos últimos dez anos, os ataques se tornaram mais sofisticados, uma vez que muitas organizações, públicas e privadas, adaptaram seus modelos de negócio para a transformação digital, fazendo uso intensivo de dados, da nuvem, da hiperconectividade e da inteligência artificial.

Atualmente, o País tem um sistema de Segurança Cibernética com bom desempenho, fruto de sua eficiente integração, uso de tecnologias de ponta (Inteligência Artificial, Transformação Digital e Computação Quântica). Assim, o campo de Segurança Pública e Social e o Econômico-Financeiro, ainda que suscetíveis a ataques cibernéticos, neutralizam boa parte dos ataques, colocando o País no ranking dos mais seguros no campo cibernético. Do mesmo modo, no âmbito da Defesa Nacional, o Brasil desenvolveu capacidade, não só de neutralizar a maior parte dos ataques sofridos como, também, de realizar ataques a sistemas críticos de potenciais ameaças, resultando em importante nível de dissuasão.

Essa maior liberdade de ação se deu também no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Decisões eivadas de ativismo judicial ideológico, nos primeiros anos de 2020, foram superadas e motivaram reformas estruturais, tendo como consequência ganhos em integração, coordenação e qualidade dos serviços oferecidos à Nação. Um fator que muito contribuiu para tal avanço foi a mudança de percepção da sociedade e das lideranças nacionais, que tomaram consciência da relevância estratégica da Inteligência para a segu-

rança do País. A evolução do SISBIN logrou, em boa medida, a modernização dos processos operacionais, dos equipamentos e da formação de recursos humanos, melhorando o desempenho, e, também, maior integração e coordenação dos órgãos componentes. Atualmente, o Sistema tem subsidiado o processo decisório do mais alto nível do Estado, embora com restrições, certas vezes, significativas.

Há décadas, a sensível área de Segurança Pública compartilha, com a Saúde e a Educação, as três áreas de principal importância para a maior parte da população brasileira. Até o final dos anos 2010, a criminalidade e a violência cresciam constantemente, com a leniência de setores do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública que viam a criminalidade como fruto da luta de classes, onde os criminosos eram qualificados como vítimas e suas vítimas encaradas como opressores. Somado a isso, deficiências nos sistemas policiais também dificultavam a reversão desse quadro.

A partir dos anos 2020, sucessivas políticas de Segurança Pública foram concebidas e implementadas, com razoável permanência, assertividade e rigor. Por seu turno, um novo arcabouço legislativo dotou a Justiça de normas legais específicas e mais severas, voltadas ao combate ao crime organizado, tornando os processos mais ágeis e eficazes. Com isso, índices gerais de violência foram reduzidos em diversas regiões do País, embora algumas organizações criminosas ainda permaneçam fortes em determinadas áreas urbanas de grandes cidades, onde desafiam o poder do Estado.

Apesar da melhora dos índices da Segurança Pública, a eficácia do Sistema Prisional Brasileiro ainda carece de políticas mais eficazes, de modo a aperfeiçoar sua gestão. Nos últimos dez anos, a Taxa de Reincidência teve uma tímida melhora, baixando de 70% para 65%, indicando que ainda persistem alguns óbices e ensejando uma reforma mais profunda em todo o Sistema.

Esse é o Brasil de hoje. Nos últimos quinze anos muito foi feito, mas a sensação que perdura nas novas gerações de líderes e pessoas que ocupam posições de destaque em seu ambiente social ou de trabalho, em todos os setores e em todos os níveis, é que muito ainda resta por fazer. Os êxitos, mesmo parciais, podem ser creditados a um redobrado esforço de uma grande parcela da população brasileira que, reconhecendo-se como conservadora e liberal, resolveu “entrar no jogo” e participar mais proativamente da política e das decisões nacionais, fazendo valer a vontade popular no âmbito de um sistema democrático em seguido aperfeiçoamento que, com suas virtudes e seus defeitos, é o único caminho para o desenvolvimento socioeconômico pacífico e sustentável. Os insucessos também foram muitos, mas perfeitamente compreensíveis em meio aos embates daqueles que, mesmo tendo opiniões divergentes, desejam o bem-estar de seus compatriotas. As poderosas lideranças patrimonialistas e fisiológicas, em grande parte corruptas, e as correntes de pensamento ideológico radical e liberticida, que ocupavam amplo espaço no espectro político-social do Brasil, foram enfraquecidas, o que fortaleceu a coesão, o civismo e a confiança no futuro, por essa imensa maioria da população — determinada, ordeira e trabalhadora — que deseja legar um País melhor para seus filhos e netos.

PARTE II
TEMAS, OBJETIVOS NACIONAIS E DIRETRIZES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS

Temas Estratégicos e seus desdobramentos

PROJETO DE NAÇÃO
O BRASIL EM 2035

RESUMO EXECUTIVO

A Coordenação do Projeto esclarece que a sua designação como Projeto de Nação tem por propósito empregar uma expressão já conhecida, entendida e repetida por grande parte da Nação.

Na realidade, um projeto, por definição, tem um escopo bem mais limitado em amplitude e horizonte temporal do que a proposta de País existente no documento.

Ao estabelecer Objetivos Nacionais (ou Políticos) e Diretrizes Político- Estratégicas para alcançá-los ou mantê-los, o chamado Projeto de Nação é, de fato, uma Estratégia Nacional - EN (Grande Estratégia ou Política Nacional), de longo prazo, transversal a sucessivos governos.

Sua longevidade é possível. A EN proposta é apartidária e sem radicalismos ideológicos, étnicos, religiosos, identitários ou de qualquer natureza, portanto, em total afinidade com o perfil predominante do povo brasileiro.

É decisivo, para o futuro do Brasil, a existência de uma EN, que esteja em permanente execução. Não como um documento definitivo, draconiano, centralizador e difícil de ser atualizado, pois isso a inviabilizaria.

Na EN proposta, foi preconizada a criação de um Centro de Governo (CdG) para monitorar o Cenário Foco (ou Alvo), formulado no processo de sua elaboração, e orientar e coordenar a elaboração das Estratégias Setoriais, de modo a manter o alinhamento com os Objetivos Nacionais e as Diretrizes Político-Estratégicas da EN.

Não se preconizou um Estado, nem um Governo que sejam gestores, centralizadores e inflexíveis, sufocando a liberdade de ação de ministérios e secretarias e da iniciativa privada, mas sim indutores, contribuintes e facilitadores do desenvolvimento e do bem-estar da Nação.

Ao aceitar esse *Projeto de Nação* e se dispor a implementá-lo, o governo atual e os vindouros, poderão introduzir modificações julgadas necessárias, sem nenhuma dificuldade, haja vista ser uma proposta que aponta rumos gerais, sem descer a detalhes pontuais e sem imposições ou posições radicais, porém, mantendo a objetividade e a clareza no que propõe e o foco no futuro sonhado, tudo como exige uma Estratégia Nacional na busca do desenvolvimento, segurança e bem-estar da Nação.

A maioria das Diretrizes Político-Estratégicas, correspondentes aos Objetivos Nacionais do Projeto, é transversal a diferentes ministérios/secretarias e segmentos da sociedade. Cabe aos níveis estratégicos dessas instâncias identificar as diretrizes que lhes competem, para elaborar estratégias e ações a elas correspondentes, de forma alinhada àquelas diretrizes.

Quanto ao CdG, cabe identificar as diretrizes, em cada Tema, que impactam mais de um Ministério/Secretaria. Feito isso, o CdG promove encontro desses órgãos para elaborarem o planejamento conjunto para atender às diretrizes comuns. O Ministério/Secretaria mais impactado por uma diretriz terá a coordenação do planejamento a ela referente. Nos casos de impasse entre esses órgãos, que o CdG não consiga solucionar, a decisão será levada ao Presidente da República.

TEMAS ESTRATÉGICOS E SEUS DESDOBRAMENTOS

EIXO I: GEOPOLÍTICA MUNDIAL

TEMA 01: **Nova Ordem Mundial Multipolar, com predominância de EUA e China.**

INCERTEZA CRÍTICA: Capacidade do Brasil em manter a neutralidade, sem alinhamento com uma das potências líderes no jogo do poder mundial, em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Em 2035, consolidou-se um mundo multipolar conflituoso, com predominância, mas não hegemonia, dos EUA e da China. Esses atores atraem potências de primeira ordem - União Europeia, Reino Unido, Japão, Índia e Rússia -, potências médias e não-potências como aliados ou alinhados. O Brasil procura garantir o máximo de neutralidade, de modo a preservar um alto nível de liberdade de ação, pois as duas potências são muito importantes em nossas relações econômicas. É uma neutralidade *pragmática e ética*, que visa a manter relações positivas com ambas, valorizando nossos interesses, evitando dobrar-se a pressões e coações e aproveitando as oportunidades geradas pelo próprio conflito. Para tanto, o Brasil busca ampliar sua autonomia econômica, científica e tecnológica (CT), psicossocial (coesão nacional), diplomática e militar, além de diversificar suas parcerias nas relações internacionais, de modo a diminuir a influência política e econômica dessas duas potências. Assim, se tornou mais influente no cenário mundial, com um grupo de não alinhados, firmando-se como potência emergente.

OBJETIVOS:

- Alcançar e garantir uma elevada autonomia internacional nos campos político, econômico, militar, científico-tecnológico, diplomático e cultural.
- Fortalecer a capacidade de projeção do poder brasileiro em seu Entorno Estratégico, principalmente na América do Sul e na Costa Atlântica Africana.

DIRETRIZES:

1. Ampliar e diversificar parcerias com atores internacionais relevantes.
2. Ampliar a autonomia nos campos político, econômico, militar, científico-tecnológico, diplomático e cultural.
3. Equilibrar o poder de projeção das potências globais em nosso entorno estratégico.
4. Ampliar a coesão interna do País.
5. Ampliar a capacidade de projeção do Brasil no contexto internacional[1].
6. Revigorar a iniciativa de ligação terrestre com o Oceano Pacífico, inclusive pelo modal ferroviário.

1 Atenção especial ao espaço geopolítico da Bacia do Atlântico Sul, de Natal-Dakar, ao Norte, até Drake-Cabo, ao Sul, com extensão à base Comandante Ferraz, na Ilha Rei Jorge, nas Shetland do Sul.

ÓBICES:

1. Debilidade militar, diplomática, científico-tecnológica, política, industrial e cultural diante de potências globais, particularmente, pela falta de autonomia nos citados campos do poder.
2. Forte influência da China e EUA, pelo Brasil não ter um universo mais amplo de parcerias comerciais e estratégicas de relevância econômica.
3. Dificuldade para exercer a influência no Entorno Estratégico diante do nível de projeção de superpotências na região.
4. Dependência externa da indústria e ciência e tecnologias nacionais.
5. O fato geohistórico de o Reino Unido ser um dos condôminos do Atlântico Sul, haja vista o cordão de ilhas no Oceano Atlântico.
6. A eventual rivalidade ideológica entre alguns governos do Entorno Estratégico e o governo brasileiro.

TEMA 02: **Movimento Globalista Mundial.**

INCERTEZA CRÍTICA: Existência/Influência do Movimento Globalista nas decisões do Estado brasileiro, em 2035, visando a implementar sua agenda política, econômica e social.

MINI CENÁRIO FOCO: O globalismo é um movimento internacionalista, cujo objetivo é massificar a humanidade, progressivamente, para dominá-la; determinar, dirigir e controlar, tanto as relações internacionais, quanto as dos cidadãos entre si, por meio de intervenções e decretos autoritários. No centro do movimento está a *Elite Financeira Mundial*, ator não estatal constituído por megainvestidores, bancos transnacionais e outros entes megacapitalistas, com extraordinários recursos financeiros e econômicos. O argumento central do globalismo é de que lidar com problemas cada vez mais complexos, como crises econômicas, proteção do meio ambiente, direitos humanos e outros, requer um processo centralizado de tomada de decisões em nível mundial. É comum a *Elite* cooptar, aliar-se ou se alinhar com potências mundiais, organismos internacionais e ONGs, haja vista a capacidade desses entes de se projetarem em escala global. No entanto, não é normal o consenso interpotências em diversos temas da Agenda Global, dificultando a constituição do governo mundial. Tais alianças, mesmo circunstanciais, permitem a projeção da *Elite* em países ou regiões para garantir interesses comuns, daí elas financiarem lideranças nacionais, não importando as ideologias que professem.

Em 2035, o Movimento Globalista procura interferir nas decisões dos governos brasileiros, ameaçando interesses importantes, particularmente quando aliado a potências globais e quando apoiado por relevantes setores nacionais nos campos político e social.

OBJETIVO:

- Limitar a ingerência do Movimento Globalista nos âmbitos político, diplomático, econômico, militar, científico-tecnológico e sociocultural, preparando a Nação para enfrentar os desafios do globalismo, garantindo a consecução dos interesses nacionais.

DIRETRIZES:

1. Fortalecer o espírito cívico, patriótico e os valores morais e éticos da sociedade, com vistas a recuperar a coesão nacional.
2. Ampliar a autonomia nos campos político, econômico, militar, científico-tecnológico, diplomático e sociocultural do Poder Nacional em suas dimensões de recursos humanos, físicos e afetivos (vontade nacional).
3. Privilegiar, em especial no campo diplomático, acordos bilaterais com prioridade sobre os multilaterais, particularmente no âmbito de organismos internacionais.
4. Promover ampla discussão, nos meios políticos, empresariais, acadêmicos e outros segmentos da sociedade civil, a respeito da estratégia globalista e seus reflexos negativos no desenvolvimento, segurança nacional e coesão social, a fim de preparar a Nação para enfrentar os desafios do cenário mundial.
5. Fortalecer a adesão popular aos interesses nacionais, por meio da universalização da educação de alta qualidade, desenvolvimento econômico e progresso social.
6. Aprimorar a formação moral, ética e cívica dos educadores e agentes do Estado.

ÓBICES:

1. Miopia estratégica da liderança nacional e da sociedade que, sem conhecimento da História e da Geopolítica mundiais, não percebe as possíveis consequências danosas do jogo do poder no cenário global.
2. Poder midiático e eleitoral do discurso globalista, cujos temas que defende estão, em grande parte, incorporados à agenda das Nações Unidas, no âmbito das sociedades e das lideranças nacionais.
3. Falta de autonomia política, econômica, militar, científico-tecnológica, diplomática e cultural, diante do poder econômico e financeiro da Elite Globalista, que amplia sua capacidade de influência mundial.
4. Domínio da mídia internacional e cooptação de grande parte da mídia nacional, inclusive ONGs e centros de estudos estratégicos (Comissão Trilateral, Diálogo Interamericano, CFR – Council on Foreign Relations e outros) ligados ao Movimento e às bandeiras globalistas, seja por idealismo ingênuo, seja por outros interesses.
5. Deficiente espírito cívico e patriótico da Nação, tendente a enfraquecer a coesão social, o que fragiliza o Brasil no enfrentamento desse desafio e de outros da agenda global.

TEMA 03: O Futuro da Democracia no Ocidente.

INCERTEZA CRÍTICA: O futuro do regime democrático no Brasil, em 2035, diante da cisão político-social evidenciada nas democracias ocidentais desde o início do século.

MINI CENÁRIO FOCO: Após um período de turbulências, em que a sociedade pressionou por mudanças estruturais no sistema de educação e no sistema político, surgiram novas lideranças, que ocuparam espaços onde prevaleciam as antigas lideranças patrimonialistas fisiológicas, em grande medida envolvidas em corrupção. Ainda existem nichos em que essas últimas exercem poder e influência, mas não há como negar que, em 2035, o regime democrático está mais estável. Da mesma forma, houve o enfraquecimento das correntes políticas de ideologias radicais, reduzindo a cisão social, aumentando a coesão. Tudo isso, elevou a capacidade do Brasil para enfrentar os desafios do jogo do poder internacional.

OBJETIVO:

- Fortalecer a democracia por meio de reformas institucionais que saneiem as disfuncionalidades do Estado, neutralizem a corrupção, o poder de ideologias radicais de qualquer natureza e valorizem o civismo e o liberalismo econômico com responsabilidade social.

DIRETRIZES:

1. Ap erfeiçoar o sistema de ensino por meio do fortalecimento do sentimento cívico, da cidadania e dos valores morais e éticos, bem como da qualidade da aprendizagem.
2. Aperfeiçoar os sistemas político e jurídico de modo a que os princípios de justiça (fruto da legalidade com legitimidade) e liberdade (exercida com responsabilidade), basilares nas democracias, sejam prevalecentes na sociedade brasileira.
3. Neutralizar o poder político e social das correntes de pensamento radical, sectárias, não democráticas, que dividem a Nação, comprometendo sua coesão e, em consequência, a capacidade de enfrentar os desafios internos e externos.
4. Promover ampla discussão, nos meios políticos, empresariais, acadêmicos e em outros segmentos da sociedade civil, a respeito da geopolítica global e seus reflexos no desenvolvimento, segurança nacional e coesão social, a fim de preparar a Nação para enfrentar os desafios do cenário mundial.
5. Fortalecer o poder nacional, onde se inclui a coesão social, para enfrentar os desafios do cenário mundial.
6. Implementar canais institucionais que permitam à Nação, no nível federal, controlar efetivamente a máquina pública e exercer influência sobre os Poderes da União por meios legais.
7. Estudar as vantagens, ou não, de ampliar a autonomia política e econômica dos municípios para aperfeiçoar a gestão pública, facilitar o controle da sociedade sobre seus representantes e fortalecer a Federação, salvaguardadas a soberania, a unidade política e a segurança do País.

8. Estudar as vantagens de implantar, ou não, o voto distrital e outros mecanismos de interação e de controle do cidadão em relação aos seus representantes.

9. Estudar a criação, em cada estado da Federação, de uma escola para formar administradores e técnicos municipais que conheçam os detalhes econômicos, culturais e socioambientais do lugar e sejam capacitados a elaborar planos de desenvolvimento regional.

ÓBICES:

1. Atavismo patrimonialista. Liderança nacional patrimonialista e fisiológica, nos âmbitos públicos e privados, com tendência à corrupção, em todos seus níveis, que se estende a tende a envolver grande parte da sociedade.

2. Errônea percepção de liberdade, inclusive nas lideranças nacionais, confundida com liberalidade e exercida sem responsabilidade, cidadania e espírito cívico.

3. Falência do Sistema Jurídico, que, submisso às mesmas lideranças corrompidas, não garante leis iguais para todos e permite que elas sejam manipuladas por grupos poderosos, que não legislam para o bem comum e sim para seus interesses, conformando um sistema institucional viciado e ilegítimo.

4. Ideologização nociva dos sistemas de ensino e de cultura, com os escalões superiores dominados por lideranças ideológicas, radicais e sectárias, não democráticas, o que colabora para a polarização da Nação, enfraquecendo sua capacidade de enfrentar o jogo do poder mundial.

5. Tendência à centralização pelo Estado de decisões, particularmente nos campos político, econômico e social, que poderiam ficar a cargos de municípios e estados da Federação, facilitando o controle da máquina pública pela sociedade.

6. Falta de controle do eleitorado sobre seus representantes para exigir soluções a respeito de assuntos regionais de maior monta.

7. As cidades brasileiras não estão divididas em distritos eleitorais e o sistema vigente é confuso, impedindo a criação do elo eleitor-eleito.

8. Os municípios não contam com um quadro técnico bem preparado, que conheça os detalhes econômicos, culturais e socioambientais do lugar.

9. Faltam aos municípios, em geral, recursos técnicos que lhes permitam elaborar planos de desenvolvimento regional.

10. A sociedade não tem canais institucionais eficazes que garantam o seu controle sobre a máquina pública.

TEMA 04: **Ameaças à soberania e a outros interesses do Brasil em seu Entorno Estratégico.**

INCERTEZA CRÍTICA: Impacto sobre a soberania do Brasil, da ocorrência de conflitos interpotências globais em nosso Entorno Estratégico, com foco na América do Sul, Atlântico Sul e Caribe até 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Desde 2025, tem havido alguns conflitos interpotências rivais no Entorno Estratégico do Brasil, particularmente entre os EUA e seus aliados versus China e Rússia, com ameaças à soberania nacional e comprometendo a liderança regional do Brasil. O nosso Entorno Estratégico engloba a América do Sul, estendendo-se ao Caribe, à costa Ocidental Africana e ao Atlântico Sul, incluindo a Antártida. Por outro lado, soberania, um dos cinco Fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal art.1º), revela a situação de um país quando não existe um ator superior em seu território. A História ensina que, por vezes, quando o ônus do conflito possa ser alto, as potências optam por uma negociação pacífica e um acordo, dividindo os bônus da região em disputa, mesmo à custa dos países condôminos. Nos anos 2020, ciente dos riscos desses conflitos, o Brasil percebeu que necessitava desenvolver capacidade de dissuasão extrarregional, a fim de garantir sua soberania e resguardar outros interesses, quando da solução de contenciosos em seu Entorno Estratégico. No entanto, como defesa não se improvisa, a capacidade de dissuasão contra potências globais demora a alcançar um grau elevado de efetividade. Assim, em 2035, nos conflitos que envolvem altos interesses de potências mundiais e do Brasil, em nosso Entorno Estratégico, embora o País participe da solução, tem encontrado dificuldade para preservar interesses importantes, inclusive, a plena soberania para explorar seu patrimônio.

OBJETIVO:

- Obter, em alto grau, capacidade de dissuasão extrarregional em nosso Entorno Estratégico, a fim de preservar interesses nacionais importantes, particularmente a soberania para explorar nosso próprio patrimônio

DIRETRIZES:

1. Fortalecer a base industrial de defesa (BID).
2. Conscientizar a sociedade e as lideranças sobre a importância de fortalecer a defesa nacional.
3. Desenvolver o Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e de Negação de Área.
4. Ampliar a autonomia nos campos militar, diplomático, científico-tecnológico, industrial, econômico, bem como revitalizar e valorizar as raízes culturais do País.
5. Fortalecer a capacidade de mobilização nacional diante da evolução dos desafios do ambiente internacional.
6. Intensificar ações no campo diplomático, buscando equilibrar a influência das potências globais nos países do Entorno Estratégico.
7. Assumir, por meio do Serviço Diplomático (Itamaraty), papel proativo na busca de cooperação regional.
8. Integrar a segurança cibernética do setor público (inclusive a defesa cibernética) e a do setor privado.

ÓBICES:

1. Insuficiente capacidade política, diplomática, militar e científico-tecnológica, refletindo em fragilidade no tocante à coesão interna e à cultura autóctone.
2. Poder nacional insuficiente para colocar o País em situação de equilíbrio com as potências globais no tocante à liderança em relação aos condôminos do Entorno Estratégico.
3. Deficiente capacidade de dissuasão extrarregional, fruto de um poder militar relativo insuficiente e de um amplo *gap* científico-tecnológico e industrial, que fragilizam a capacidade de defesa e projeção de poder do País em seu Entorno Estratégico.

TEMA 05: Situação da Economia Mundial.

INCERTEZA CRÍTICA: O Brasil no contexto da evolução da economia mundial, em função da variação do PIB global, até 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: O PIB mundial, como se sabe, estabelece um parâmetro das riquezas que foram produzidas no mundo, a fim de comparar o nível do crescimento econômico dos países participantes do ranking. Além disso, o cálculo do PIB mundial possibilita análises sobre os diferentes setores, demonstrando aqueles em que há maior geração de renda e os que possuem menor peso. Nesse contexto, a evolução da economia mundial teve seu curso evolutivo bastante impactado com a recente pandemia relacionada à Covid-19. Sua magnitude, no âmbito mundial, afetou significativamente o PIB durante algum tempo. Em 2035, verifica-se que, no decorrer da última década, houve progressiva recuperação da economia mundial, voltando ao nível pré-pandemia registrado em 2019 (US$92,61 trilhões, dados do FMI). Ocorreram eventos políticos, econômicos, comerciais e sociais adversos, mas os seus efeitos foram controlados. Este Tema tem forte relação com Temas pertinentes ao Eixo 3 – Desenvolvimento.

OBJETIVOS:

- Crescer acima da média do PIB mundial no período, posicionando-se entre as 7 (sete) maiores economias do mundo.
- Alcançar e manter estabilidade econômica com indicadores macroeconômicos positivos (PIB e outros) no mercado internacional.

DIRETRIZES:

1. Investir na recuperação do Parque Industrial Brasileiro, com ênfase em Ciência, Tecnologia e Inovação, ampliando a autonomia e a produção industrial com alto valor agregado.
2. Investir no setor de serviços ampliando sua oferta e qualidade, com estímulo à participação do capital privado nacional.
3. Implementar medidas para reduzir o Custo Brasil e o excesso de burocracia.

4. Controlar o consumo de águas potáveis e das destinadas aos processos produtivos, prevenindo assim flutuações nocivas à economia global.
5. Estimular o crescimento da produção agropecuária nacional e o consequente armazenamento, para atender à demanda global e manter o equilíbrio do mercado.
6. Contribuir para a preservação do equilíbrio do mercado internacional, de maneira a prevenir a estagnação econômica.

Obs: outras Diretrizes cabíveis neste Tema encontram-se em outros, particularmente, nos do Eixo 3 – Desenvolvimento.

ÓBICES:

1. Produção industrial com baixo valor agregado.
2. Exportações amparadas basicamente em commodities.
3. Dependência de importação de produtos com alta tecnologia.
4. Baixo investimento na indústria.
5. Infraestrutura de serviços com pequena participação do setor privado nacional.
6. Sistema de ensino acadêmico muito defasado em relação aos países mais desenvolvidos no que tange a graduados e pós-graduados, basicamente, em relação a ciências exatas.
7. Peso da burocracia e da legislação ultrapassada como elementos inibidores do investimento privado nos segmentos de maior impacto na economia.
8. Custo Brasil elevado.
9. Alto percentual de cidadãos dependentes do Estado para sua sobrevivência.
10. Peso do Estado na condução da atividade econômica, ocupando espaços próprios da iniciativa privada.
11. Crescimento populacional, sobretudo das potências asiáticas, vem impactando o consumo dos recursos naturais, principalmente hídricos. A escassez de água potável na Ásia impõe o racionamento nas cidades, compromete a produção de alimentos e cria dependência dos grandes fornecedores mundiais, em especial do Brasil.
12. Os países detentores de commodities naturais organizam-se em carteis para controlar a oferta e elevar os preços.

TEMA 06: Demanda Mundial por Alimentos.

INCERTEZA CRÍTICA Evolução da demanda mundial por alimentos com reflexos para o Brasil em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: A demanda mundial por alimentos continua aumentando e os recursos gerados pelo agronegócio, em todo mundo, crescem em 2035, tanto pelo aumento da população mundial, quanto pelo da parcela da população com recursos para consumir produtos com maior nível de sofisticação. O Brasil tem conseguido superar a concorrência internacional e é um dos dois maiores produtores e exportadores de produtos alimentícios, tendo expandido em 35% o volume total da produção de alimentos. O País se impôs por suas políticas e estratégias que, sem perder de vista os interesses nacionais, provaram ser possível produzir mais e com melhor qualidade, explorando o meio ambiente de maneira responsável e sustentável. O capital nacional, público e privado, garante que prevaleçam os interesses nacionais no agronegócio e são mitigadas as campanhas internacionais para colar uma imagem negativa do País, no que tange ao desenvolvimento sustentável desse setor.

OBJETIVOS:

- Ampliar e diversificar a participação do Brasil no mercado mundial de alimentos, de modo manter a liderança como um dos maiores provedores em escada global de commodities e produtos com alto valor agregado na cadeia alimentar.
- Estimular e proteger o agronegócio nacional como fator estratégico de segurança alimentar global e nacional.

DIRETRIZES:

1. Adotar iniciativas no tocante ao agronegócio, visando manter ou melhorar a posição do Brasil na concorrência mundial.
2. Demonstrar à opinião pública internacional a sustentabilidade ambiental do agronegócio brasileiro.
3. Incentivar o aumento da produtividade, sustentabilidade e rentabilidade do agronegócio brasileiro.
4. Garantir a soberania nacional no agronegócio.
5. Minimizar a nossa dependência dos defensivos, insumos e fertilizantes agrícolas estrangeiros.
6. Ampliar a industrialização da produção agropecuária nacional.
7. Aprimorar a infraestrutura de suporte ao agronegócio.
8. Acelerar o processo de Regularização Fundiária Rural.
9. Elaborar estratégicas visando a sustentabilidade hídrica para o agronegócio.
10. Coibir a ação nociva aos nossos interesses de ONGs nacionais e estrangeiras.

ÓBICES:

1. A concorrência internacional na produção e comercialização de alimentos.
2. As campanhas internacionais caluniosas para comprometer a imagem do Brasil como não cumpridor de critérios de preservação ambiental.
3. Dependência internacional da produção de defensivos e insumos agrícolas.
4. Tentativa de potências globais assumirem papel predominante na exploração e controle do agronegócio brasileiro.
5. Uso de pouca tecnologia de precisão na produção e gestão do agro brasileiro.
6. Baixo investimento em infraestrutura de apoio à produção e em tecnologias embarcadas no escoamento das safras.
7. Altos custos logísticos e fiscais, elevando o Custo Brasil.
8. Ausência de um Plano Nacional de Regularização Fundiária Rural.
9. Pressões ambientalistas patrocinadas pelos concorrentes americanos e europeus restringindo o crescimento da área produtiva.
10. Escassez crescente de água para irrigação, decorrente da poluição, das alterações climáticas e da má gestão dos recursos hídricos nacionais.

EIXO II: GOVERNANÇA NACIONAL

TEMA 07: **Estratégia Nacional (é o próprio "Projeto de Nação" e este Tema tem relação direta com o Tema 8, no tocante a óbices, objetivos e diretrizes).**

INCERTEZA CRÍTICA: Elaboração e implementação de uma Estratégia Nacional (EN), com aplicação de um Sistema Integrado de Gestão Estratégica.

MINI CENÁRIO FOCO: Uma Estratégia Nacional é fonte de motivação, sinergia, autoconfiança, autoestima e credibilidade para a nação. A implantação do Centro de Governo e de um Sistema (Modelo) Integrado de Gestão Estratégica, ainda que continuem necessitando de aperfeiçoamentos, contribuíram para que o Brasil já tivesse uma EN[2] em 2035. Ela foi implantada com a participação de vários setores de governo e segmentos da sociedade, mas ainda há reações às ações diretas dos governos, ainda que flexíveis, na coordenação de sua execução, com alguns prejuízos para os resultados obtidos. A EN foi importante, pois deu rumos para orientar, unir e dar continuidade aos esforços da sociedade para o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar. Houve flexibilidade para adotar as alterações que os cenários indicaram, bem como contemplar as mudanças típicas da alternância de poder de uma democracia.

OBJETIVO:

- Elaborar, implantar e gerir uma Estratégia Nacional capaz de unir as lideranças e a sociedade em torno de Objetivos Nacionais que se mantenham vigentes, em seu cerne, ao longo de sucessivos governos.

DIRETRIZES:

1. Ampliar a participação das lideranças nacionais, de segmentos estratégicos, de profissionais de notório saber, em cada segmento, e da sociedade civil na identificação de Objetivos Nacionais e de Diretrizes Político-Estratégicas, que serão orientadores das Estratégias Gerais e Setoriais.
2. Elevar a SAE ao nível de Ministério, com atribuições para coordenar a formulação da EN e integrar o CdG e um Sistema Integrado de Gestão Estratégica, elaborar e monitorar Cenários Prospectivos, orientar os demais Ministérios/Secretarias na condução das políticas e estratégias setoriais, por eles próprios formuladas, a fim de garantir o seu alinhamento com a EN.
3. Atualizar a estrutura e a organização do Estado e do governo, de modo a regulamentar as mudanças necessárias à implementação das medidas propostas nesse Tema Estratégico.
4. Realizar uma vigorosa campanha de comunicação para o esclarecimento, a conscientização e o convencimento da necessidade das mudanças propostas nesse

2 EN: documento que engloba as estratégias a serem aplicadas para conquistar e ou manter os Objetivos Nacionais (ON), estabelecidos pelo mais alto nível de direção do Estado (nível político) e de acordo com Diretrizes Político-Estratégicas por ele definidas.

Tema, buscando se antecipar e assumir a narrativa, antes que grupos ideológicos ou com interesses grupais fragilizem a implantação dessas mudanças.

5. Alinhar aos preceitos legais os Objetivos Nacionais, e que eles sejam apartidários, amparados na modernização de processos administrativos, bem como numa visão de futuro focada na efetividade da gestão do Estado no cumprimento de suas atribuições (desenvolvimento, segurança e bem-estar da Nação).

6. Implantar o Centro de Governo com a finalidade de orientar, coordenar as estratégias de governo de modo a integrá-las no sentido de alcançar e/ou manter os Objetivos Nacionais (esta Diretriz se repete no próximo Tema: Sistema Integrado de Gestão).

ÓBICES:

1. O Estado não atribui à Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos – SAE, o status político de ministério, com a missão de conduzir a elaboração da EN, coordenando e orientando, por meio de um CdG, os ministérios e secretarias de governo, os demais Poderes da União e os segmentos da sociedade civil na sua implementação.

2. Inexistência de um CdG efetivo e de um Sistema Integrado de Gestão Estratégica para, sem comprometer a flexibilidade dos ministérios e secretarias de governo, orientar, coordenar e convergir a gestão do Estado na direção dos Objetivos Nacionais (ou Objetivos Políticos) elencados na EN.

3. Falta de um Cenário Foco de Objetivos Nacionais a partir do qual se elaborem Diretrizes Político-Estratégicas, ambos capazes de orientar a formulação de Estratégias para conquistar e ou manter aqueles Objetivos.

4. Dificuldade para reunir as instâncias de Estado, governo e sociedade civil a fim de elaborar uma EN consensual, haja vista as profundas diferenças de opiniões, visões e ideologias, em muitos pontos inconciliáveis.

TEMA 08: Sistema Integrado de Gestão

INCERTEZA CRÍTICA Implementação de um Sistema Integrado de Gestão Estratégica no âmbito do Poder Executivo, até 2035, e reflexos para a governança e o andamento de uma Estratégia Nacional (EN).

MINI CENÁRIO FOCO: Em 2035, está implantado um CdG[3], que monitora os cenários prospectivos e contextos imediatos, a fim de assessorar o governo diante de ameaças e oportunidades. Orienta as estratégias governamentais e setoriais em execução, buscando coordená-las e convergi-las para garantir a consecução dos Objetivos Nacionais (objetivos políticos). No ano em pauta, existe um Sistema Integrado de Gestão Estratégica[4], mas o CdG tem alguma dificuldade em exercer sua atribuição de integrar os esforços e coordenar as estratégias de governo e as setoriais e essas últimas entre si, de modo a lograr resultados mais efetivos na implementação da Estratégia Nacional vigente e na concretização dos Objetivos Nacionais.

OBJETIVO:

- Organizar, implantar e gerir, por meio do CdG, um Sistema Integrado de Gestão Estratégica, com a finalidade de aprimorar a governança no nível estratégico nacional.

DIRETRIZES:

1. Implantar o CdG com a finalidade de orientar, coordenar as estratégias de governo de modo a integrá-las no sentido de alcançar e ou manter os Objetivos Nacionais.
2. Vincular, efetivamente, a gestão das estratégias setoriais à gestão da Estratégia Nacional, por meio do Sistema Integrado de Gestão Estratégica.
3. Integrar políticas, estratégias, planos, programas, projetos e ações, de maneira coordenada, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de modo convergente, evitando situações conflitantes.
4. Adotar uma metodologia de Planejamento Estratégico aderente a todos os órgãos de governo, admitindo a flexibilidade em sua implementação, observadas as especificidades de cada órgão, mas que alinhe ferramentas e conceitos de Planejamento Estratégico Organizacional5.
5. Implementar alterações na Administração Pública Federal de modo a vincular o planejamento estratégico nacional, a orientação para seus desdobramentos e a coordenação de sua execução diretamente à estrutura da Presidência da República, compondo um Sistema Integrado de Gestão Estratégica (SAE/CdG).

---

3 Centro de Governo (CdG): centraliza as orientações, a coordenação e a convergência de estratégias e ações estratégicas, mas permite a aplicação de técnicas, ferramentas e práticas flexíveis e adequadas às diferentes realidades existentes entre instituições e nas unidades da federação. A criação do CdG é condição para o País ingressar na OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).

4 Um Modelo Integrado de Gestão Estratégica oferece orientações e linhas mestras claras, com apoio de técnicas e ferramentas plenamente aderentes, apropriadas e adaptáveis à realidade dos diferentes contextos ambientais ou regionais e de cada organização em particular.

5 Diagnóstico, Matriz Swot, 5W2H , Matriz Raci, Fatores Críticos de Êxito e outras, bem como Valores, Missão, Visão de Futuro, Objetivos, Cronograma, Indicadores e Metas e Fontes de Recursos.

6. Articular a SAE e a Casa Civil, de modo a evitar zonas cinzentas na coordenação dos ministérios e de órgãos de governo desse nível no que diz respeito à EN, estratégias setoriais e à Gestão Estratégica.

7. Estabelecer estrutura no CdG, presidida pelo ministro-chefe da SAE, que monitore cenários e coordene a execução das atividades da EN.

ÓBICES:

1. Falta de um CdG para monitorar permanentemente o Cenário Foco, a fim de identificar oportunidades e ameaças à consecução dos Objetivos Nacionais e das Estratégias correlatas, com o propósito de propor medidas para lidar com tais desafios.

2. A Administração Pública Federal (APF) ainda mantém antigos vícios de planejamento estratégico, o que dificulta implementar as boas práticas recomendadas pela OCDE, principalmente aquelas voltadas para a organização e funcionamento do centro de governo nos países a compõem.

3. Permanecem questões culturais como a falta de visão sistêmica e holística dos desafios que o Brasil precisa enfrentar na esfera estratégica de governo.

4. A insegurança jurídica dificulta a formulação de um efetivo planejamento estratégico, dificultando as decisões e a implementação de estratégias em setores críticos da vida nacional.

5. Persistente descrença no empreendedorismo, e no futuro da nação, haja vista a dificuldade de integração dos planejamentos estratégicos setoriais no âmbito do poder executivo nas três esferas de governo.

6. Vício de improvisar, herdado da colonização portuguesa, que continua impregnado na cultura nacional.

7. Personalismo do brasileiro é um comportamento egoísta, antítese do altruísmo, que dificulta a cooperação em equipe e a integração de esforços, mesmo se determinado por escalões superiores.

8. Perfil patrimonialista de grande parte de nossas elites, caracterizado pela promiscuidade nas relações público-privadas, indicando que elas reagirão à implantação do Sistema em pauta, por ser uma ameaça ao seu poder.

9. Ministros e secretários excessivamente ciosos da autonomia na gestão dos seus cargos, fato que é reforçado pela prática nefasta da distribuição de ministérios e secretarias de “porteira fechada”, provavelmente reagirão à implantação do Sistema Integrado.

TEMA 09: **Evolução do IDH Nacional em 2035.**

INCERTEZA CRÍTICA: Situação do IDH Nacional em 2035, fruto da implementação, ou não, de políticas e estratégias adequadas.

MINI CENÁRIO FOCO: O IDH é o índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU. No Brasil, é utilizado pelas três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal), tendo como propósito desviar o foco das políticas, normalmente centrado no desenvolvimento da economia e na contabilidade da renda nacional, para as políticas centradas em pessoas. O IDH dos países desenvolvidos está entre 0,800 a 1,000; dos em desenvolvimento entre 0,555 a 0,799; e dos subdesenvolvidos entre 0,350 a 0,554. No início da década de 2020, o IDH do Brasil como um todo era de 0,765, ocupando a 84ª posição, o que o colocava entre os países em desenvolvimento em termos de IDH, no entanto, as regiões mais carentes situavam-se abaixo desse índice. Em 2035, o IDH apresenta elevação dos índices de regiões antes deficientes, reduzindo a desigualdade nacional e registrando um IDH geral de 0,800. Isso se deveu ao aporte relevante de recursos por sucessivos governos, ao longo da década de 2020, bem como à implementação bem-sucedida de políticas e estratégias públicas e de Parcerias Púbico-Privadas, nos três pilares do IDH – saúde, educação e renda das pessoas. Quando melhor aparecem essas três variáveis, mais elevado será o IDH.

OBJETIVO:

- Alcançar um IDH geral acima 0,800, com redução das desigualdades dos índices regionais, em 2035.

DIRETRIZES:

1. Reduzir as diferenças de IDH entre as regiões e municípios do Brasil.
2. Aumentar a expectativa de vida do brasileiro.
3. Reduzir os índices de evasão e repetência escolar.
4. Aumentar o PIB *per capita*.

Obs: vários óbices e diretrizes listadas nos Temas 21 Custo Brasil; 22 PIB *Per Capta*; 25, 26, 27 e 28 Educação; 29 Saneamento; 30 Saúde; e 36 Segurança Pública são aplicáveis aos contextos onde se avalia o IDH.

ÓBICES:

1. Baixa efetividade e qualidade da prestação dos serviços de Educação, Saneamento e Saúde.
2. Deficiência do Ensino Técnico, com prejuízo da qualidade e quantidade de mão de obra especializada e, como consequência, dos níveis de emprego e de renda de grande parte da classe trabalhadora.
4. Dissonância entre as políticas públicas das esferas Federal, Estadual e Municipal aplicadas nas áreas onde se avalia o IDH.
5. Baixo nível de emprego e de renda.

TEMA 10: Corrupção no Brasil

INCERTEZA CRÍTICA: Evolução da corrupção no Brasil, em função de lideranças transformadoras e de movimentos sociais até 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Em 2035, o combate à corrupção no Brasil apresenta uma evolução positiva, como resultado do aperfeiçoamento do modelo de educação, pública e privada, com ênfase no ensino fundamental, na formação integral dos professores e na modernização da gestão do ensino. Os currículos foram desideologizados e são constituídos por conteúdos teóricos e práticos avançados, inclusive no campo psicossocial, reforçando valores morais, éticos e cívicos, tudo isso, contribuindo para o progressivo surgimento de lideranças positivas e transformadoras. O incentivo aos movimentos sociais de combate à corrupção teve frutos benéficos, pois a sociedade os apoiou e muitos atraíram aquelas lideranças transformadoras, permitindo saltos de qualidade na melhoria do combate à corrupção. Com a crescente força desses movimentos na sociedade houve redução do poder das antigas lideranças patrimonialistas fisiológicas para governar, legislar e julgar em causa própria, ao arrepio dos interesses nacionais.

OBJETIVO:

- Reduzir os índices de corrupção no Brasil, de modo a situá-lo entre os 50 países com melhor Índice de Percepção da Corrupção, considerando que em 2021 o País se encontrava na 106ª posição.

DIRETRIZES:

1. Reduzir o poder político da liderança patrimonialista fisiológica.
2. Assegurar a punibilidade dos ilícitos.
3. Recuperar valores morais, éticos e o civismo na sociedade como um todo, particularmente, no Sistema de Ensino.
4. Modernizar o ensino buscando valorizar o aprendizado prático das capacidades básicas do cidadão para seu progresso pessoal e seu preparo para o exercício responsável da cidadania.
5. Coibir a pregação ideológica radical nos três níveis da Educação.
6. Combater sistematicamente a corrupção por meio de pressões da Nação exercidas através de instituições e organizações do Estado e da sociedade civil comprometidas com mudanças e conduzidas por lideranças transformadoras surgidas, particularmente, do aperfeiçoamento do Sistema de Ensino.
7. Aperfeiçoar a legislação por meio da criação de mecanismos que permitam à sociedade exercer efetiva fiscalização e maior controle político e social sobre seus representantes, coibindo-lhes o uso ilegítimo de leis e prerrogativas.
8. Elevar a capacidade do Estado, nos âmbitos da inteligência financeira e do combate à lavagem de dinheiro, aprimorando a articulação entre o COAF, o Ministério Público e os órgãos policiais.
9. Realizar campanha sistemática de comunicação social, promovendo valores, civismo, patriotismo e cidadania.

10. Aperfeiçoar a formação moral, ética e cívica de educadores, cidadãos e agentes do governo e do Estado.

ÓBICES:

1. O poder político de lideranças políticas patrimonialistas fisiológicas e corruptas, ocupando escalões elevados nos Poderes da União, legislando e conduzindo a Nação de acordo com interesses escusos individuais e grupais.
2. Crise crônica de valores que, há décadas, enfraquece a moral, a ética, o civismo e a autêntica cidadania, favorecendo a corrupção endêmica que contamina a sociedade em todos os níveis e compromete o futuro do Brasil.
3. Deficiente formação de cidadãos para exercerem suas responsabilidades sociais para com a Nação e seus irmãos, em função de um Sistema de Ensino carente de boa gestão administrativa, modelos eficazes de educação, disciplina e valorização do mérito e de docentes moral, ética e profissionalmente bem formados.
4. O poder de ideologias radicais, utópicas e liberticidas, particularmente nos Sistemas de Ensino e Cultura, cujo discurso se ampara na relativização dos valores morais, da ética, da justiça e do exercício da liberdade com responsabilidade, pois não é um valor absoluto do cidadão, mas sim relativo, haja vista ser limitado pela liberdade do próximo.
5. A dificuldade de atuação e consolidação dos movimentos e iniciativas de combate a corrupção, surgidos nos âmbitos públicos e privado, que têm sido neutralizados pelo poder político e econômico de lideranças patrimonialistas fisiológicas encasteladas nos altos escalões da sociedade e do Estado.
6. Percepção de impunidade e de leniência promovidas pelo Poder Judiciário devido à decisão de não cumprimento da pena com a condenação em segunda instância.
7. Percepção popular da benemerência do crime, dada a falta de controle social pelo Estado em determinadas comunidades, onde chefes do tráfico ocupam o vácuo e implementam medidas para cooptar o apoio da população.

TEMA 11: **Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria.**

INCERTEZA CRÍTICA: Evolução da coesão nacional, do civismo e do sentimento coletivo de Pátria até 2035, com reflexos para a estabilidade político-social e a projeção internacional do Brasil.

MINI CENÁRIO FOCO: O sucesso do modelo econômico liberal, com responsabilidade social (centro do espectro ideológico)6, acrescido de estratégias exitosas nos setores de ensino, na formação de líderes e em movimentos sociais enfraqueceram o poder e a penetração das ideologias radicais na sociedade. Assim, prevaleceu o tradicional perfil psicossocial da Nação, conservador evolucionista e não imobilista7. Houve o revigoramento do patriotismo, do civismo e de valores morais tradicionais, em contraposição a valores sociais, muitos deles contaminados pelas ideologias radicais. Um novo cenário, paulatinamente redesenhado, contribuiu para atenuar, em boa medida, a cisão interna no Brasil, particularmente em seus matizes ideológicos, étnicos, religiosos, com reflexos positivos para a estabilidade político-social e projeção internacional do Brasil.

OBJETIVOS:

- Fortalecer o sentimento de Pátria, a fim de melhorar a coesão social e criar o sentimento coletivo de corresponsabilidade pelo destino do País, fatores críticos de êxito para a Nação enfrentar os desafios ao desenvolvimento, à segurança e ao alcance do bem-estar do povo.
- Revitalizar os valores morais, éticos e cívicos na sociedade como um todo, particularmente no Sistema de Ensino.

DIRETRIZES:

1. Neutralizar o poder das correntes de pensamento ideológico radical e utópico, que advogam antivalores culturais brasileiros, bem como um estado centralizador e gestor do desenvolvimento e do bem-estar da população.
2. Promover o surgimento, a expansão e a consolidação de organizações e movimentos que defendam o pensamento liberal, com responsabilidade social, e o conservadorismo evolucionista.
3. Recuperar os valores morais, éticos e o civismo na sociedade como um todo, particularmente no Sistema de Educação.
4. Combater a revolução cultural promovida pelas correntes ideológicas radicais.
5. Promover o sentimento coletivo de Nação, buscando integrar os grupos étnicos, religiosos e outros, bem como incentivar a sua convivência harmônica e respeitosa.
6. Formular estratégias de divulgação e valorização da História e dos vultos históricos do Brasil, sem viés ideológico, a fim de resgatar a identidade nacional.

6 Liberdade econômica, com planejamento misto (Estado e Sociedade em separado, onde for necessário e Estado-Sociedade onde a parceria for importante e possível) e políticas sociais sustentáveis, sem prejuízo da capacidade de progredir.

7 Conservadorismo evolucionista. Não é imobilista, pois aceita e se mobiliza para o progresso e a evolução política, econômica e social, desde que calcados na experiência histórica, valores humanos e identidade nacional e não em transformações ou revoluções como as propostas por ideologias radicais, utópicas e liberticidas.

7. Priorizar os conteúdos presentes nos eventos históricos sobre os aspectos teórico-metodológicos no processo de ensino de História do Brasil.

8. Avaliar a importância da difusão de obras que marcaram o curso da nossa historiografia, a exemplo das "Coleções Brasilianas" (Conselho Editorial do Senado), como estratégia de valorização e resgate de nossa História.

ÓBICES:

1. O poder das correntes de pensamento ideológico radical e utópico, adeptas do Estado centralizador no planejamento e na condução da economia, junto aos altos escalões da Nação e a importantes segmentos formadores de opinião.

2. Falta de lideranças atuantes e de movimentos sociais organizados que contribuam decisivamente para que a grande maioria da população, adepta da liberdade econômica com responsabilidade social e conservadora evolucionista, faça valer sua vontade e seu pensamento político.

3. Efetiva relativização dos valores, da ética e do civismo, como consequência da *revolução cultural* que vem comprometendo a coesão nacional.

4. Enfraquecimento do sentimento de Pátria e de Nação, com a tendência à divisão da sociedade, pela crescente submissão dos interesses da coletividade nacional aos que atendem aos anseios de grupos minoritários.

EIXO III: DESENVOLVIMENTO NACIONAL

TEMA 12: Modelo de Desenvolvimento Econômico do Brasil pós Pandemia Covid-19.

INCERTEZA CRÍTICA: Impacto da Pandemia da Covid-19 na Matriz Econômica do Brasil até 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: O Brasil foi um dos países mais afetados pela pandemia da COVID-19, com milhares de perdas humanas nos anos de 2020 e 2021. A pandemia afetou gravemente a economia brasileira com milhões de desempregados e grande número de empresas fechadas, provocando queda no PIB e noutros indicadores econômicos, trazendo reflexos na composição da matriz econômica brasileira. Governos e sociedade civil investiram em estratégias que resultaram em maior diversificação na citada Matriz Econômica, embora mantendo o peso relativo dos setores onde o Brasil se destaca e que foram usados para alavancar outros onde era menos forte. Assim, o agronegócio ampliou sua industrialização, agregando valor a seus produtos e parte dos saldos foram reinvestidos em ciência, tecnologia e educação. As ideias-força e os eixos centrais para o aprimoramento e sofisticação da matriz econômica brasileira foram, entre outros, conquistar a confiança de investidores nacionais e internacionais, promover reformas estruturantes, reduzir a burocracia e a ineficiência pública, induzir a modernização do setor produtivo e a melhoria da produtividade, bem como a implantação de uma legislação tributária para atender às necessidades e especificidades do Brasil. Em 2035, observa-se a mudança da matriz do PIB de 2021, com predominância ainda em Comércio e Serviços, mas com maior participação também da Indústria de produtos semimanufaturados e manufaturados, com destaque para o crescimento exponencial da Agropecuária (em parte inserida na indústria). Exportação ainda predominante de produtos básicos, mas com aumento significativo em produtos semimanufaturados e ampliação relativa em produtos manufaturados, comparada a 2021, em função de impactos positivos vindos do agronegócio.

OBJETIVO:

- Aperfeiçoar o Modelo Econômico de modo a torná-lo flexível e a ajustar-se às constantes mudanças de cenários, provocadas por eventos críticos a exemplo da pandemia da COVID-19.

DIRETRIZES:

1. Ampliar iniciativas de racionalidade nos gastos públicos.
2. Aprimorar o Pacto Federativo, com maior descentralização do poder do Estado.
3. Acelerar e unificar as propostas de Reformas Estruturantes.
4. Capacitar e avaliar servidores públicos à luz de Centros de Custos na Administração Pública, envolvendo as três esferas de governo.
5. Acelerar programas de desestatização e ampliar investimentos em Educação, Saneamento, Saúde e Ciência, Tecnologia e Inovação.

6. Neutralizar o excesso de burocracia para induzir maior competição nos mercados.
7. Atuar com maior pragmatismo, sabendo combinar racionalidade com responsabilidade na defesa do meio ambiente.
8. Reduzir gastos públicos, atrair investimentos e gerar empregos.
9. Ampliar o agronegócio, estendendo sua área de atuação no setor industrial e científico-tecnológico, de modo a aumentar os dividendos e a posição de preeminência internacional do Brasil nesse setor.
10. Ampliar a liberdade econômica e induzir a geração de emprego e renda, propiciando atração de investimentos, em especial para o setor industrial com foco em produtos manufaturados e semimanufaturados.
11. Propor estratégias e ações, sendo as últimas de curto prazo, para reduzir os efeitos da pandemia, particularmente no campo da economia, de modo a aproveitar oportunidades e estabelecer prioridades de investimento.
12. Redirecionar os investimentos em CT&I, em todos os setores da economia, no âmbito do Estado e do mercado, de modo a aproveitar e criar oportunidades em função da dinâmica de mudanças de cenário.
13. Ampliar e especializar a participação do setor industrial no Modelo Econômico.
14. Identificar e ampliar a participação do Brasil nas cadeias globais de valor.

ÓBICES:

1. Gastos públicos muito elevados, em especial nos períodos de eleições, dificultando a alocação de recursos direcionados aos componentes da Matriz Econômica.
2. Dificuldade e morosidade na aprovação da Reforma Tributária.
3. Ineficiência e baixa produtividade da gestão pública.
4. Tamanho e peso do Estado, particularmente pela existência de superposição de atribuições de diversos órgãos e sistemas (agências, conselhos, comissões, fundações, fundos e empresas públicas).
5. Excesso de proteção regulatória, impedindo a abertura econômica e dificultando a competição no mercado internacional.
6. Defesa do meio ambiente ainda dúbia e conturbada, sujeita à crescente ingerência internacional contrária aos interesses do País.
7. Credibilidade fiscal cíclica (historicamente sofre oscilações).
8. Dificuldade de superação do cenário adverso e incerto surgido com a pandemia, particularmente nos campos político, econômico e psicossocial.
9. Incerteza quanto às prioridades para estabelecer o modelo de desenvolvimento econômico, em face do cenário adverso e incerto surgido com a pandemia.

Obs.: alguns dos óbices aqui levantados são transversais a vários Temas do Projeto e foram agravados pela COVID-19.

TEMA 13: Infraestrutura Econômica do Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: Nível de expansão da infraestrutura econômica para atender às necessidades do desenvolvimento e da segurança nacional, em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Em 2035, são observados resultados positivos da combinação de PPP e de maior abertura à participação de capitais privados, inclusive investimentos estrangeiros, na infraestrutura econômica. Esta última, apresenta, em linhas gerais, um bom nível de desenvolvimento, modernização, manutenção do acervo e de atendimento a importantes demandas de serviços, se compararmos com o início dos anos 2020. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) define infraestrutura econômica como sendo aquela "cuja função precípua é a de dar apoio às atividades do setor produtivo, englobando os segmentos de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia elétrica, petróleo e gás natural, biocombustíveis e telecomunicações". Logo, embora a boa evolução percebida em relação aos anos 2020, em 2035 ainda existem segmentos da infraestrutura carentes de políticas e estratégias capazes de sanear deficiências e pontos fracos relevantes, que afetam o desenvolvimento, a segurança do Brasil e o bem-estar da sociedade.

OBJETIVO:

- Expandir e modernizar a infraestrutura econômica brasileira, para atender às necessidades de desenvolvimento, segurança e bem-estar da sociedade.

DIRETRIZES:

1. Buscar apoio de frentes parlamentares que viabilizem projetos sustentáveis de infraestrutura para integrar a Região Amazônica ao ecossistema econômico brasileiro.
2. Capacitar o País para superar as barreiras políticas e econômicas internacionais, que comprometem o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de nossa infraestrutura econômica.
3. Manter alto nível de divulgação das vantagens ao flexibilizar as formas de entrada de capital estrangeiro em investimentos produtivos no País, com especial foco em emprego e renda.
4. Executar um planejamento estratégico, revisado periodicamente, que permita a ampliação, modernização e integração dos modais logísticos, em especial das malhas de transporte do Brasil.
5. Participar de fóruns selecionados, nacionais e internacionais, que discutam novas tecnologias aplicadas, com especial atenção àquelas focadas em meios e formas de pagamento, comunicação, armazenagem, processamento e segurança de dados e preservação racional do meio ambiente.
6. Manter-se atualizado em termos de demandas regionais específicas, relacionadas à ampliação de meios de transporte, armazenagem, comunicação e energia.
7. Fazer uso intensivo de tecnologias disruptivas que ampliem e facilitem as atividades econômicas em todo o País, sempre de forma segura, com especial atenção para as regiões mais carentes, como o Norte e Nordeste brasileiros.

8. Promover o desenvolvimento das infraestruturas econômicas de forma coordenada, integrada e sustentável.

ÓBICES:

1. Dificuldades políticas para viabilizar a elaboração e implementação de projetos, na infraestrutura econômica, voltados para o seu desenvolvimento, modernização, manutenção e ao atendimento de importantes demandas de serviços, com recursos financeiros nacionais.
2. Existência de barreiras internacionais que dificultam a expansão da infraestrutura econômica brasileira e sua integração às cadeias globais de valor.
3. Dificuldades na flexibilização de políticas que facilitem e ampliem a entrada de capital estrangeiro em investimentos produtivos de longa duração na infraestrutura econômica.
4. Dificuldade na ampliação e operação das diversas malhas de transporte de pessoas e cargas (ferroviárias, rodoviárias, aeroviárias, marítimas e fluviais).
5. Dificuldades na implementação de novas tecnologias que viabilizem o comércio eletrônico, incluindo-se as novas formas de pagamento, tendo em vista as dimensões gigantescas do País, bem como os desafios estruturais e socioeconômicos peculiares de cada região.
6. Dificuldades físicas e tecnológicas relacionadas à produção e transmissão de energia, especialmente as renováveis.
7. Dificuldades físicas e tecnológicas relacionadas à capacidade de transmissão de informações (comunicação) e de dados de todo tipo (ex. som, imagem, vídeo, etc.), particularmente as dependentes de internet de alta velocidade.

TEMA 14: Matriz Energética Brasileira.

INCERTEZA CRÍTICA: Participação das energias renováveis (menos poluentes) na Matriz Energética Brasileira, até 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Em 2035, se verifica uma forte elevação da demanda por energia quando comparada com o início dos anos 2020. Considerando a implementação de Políticas Públicas favoráveis, com grande participação da iniciativa privada, percebe-se um aumento do índice de uso de energias renováveis de 42,9% para 55,0%, tornando a Matriz Energética Brasileira mais sustentável.

OBJETIVO:

- Ampliar a participação das Energias Renováveis (hídricas, eólicas, biomassa, fotovoltaicas e de demais fontes para fins de energia elétrica) na Matriz Energética Brasileira, de modo a elevar substancialmente os indicadores econômicos do Brasil.

DIRETRIZES:

1. Elaborar uma estratégia de ampliação do aproveitamento de energias renováveis, com base em estudos sobre sua efetiva interação e integração com as demais matrizes implantadas.
2. Estabelecer critérios que dificultem as nomeações calcadas em interesses político-partidários para cargos de direção do Ministério de Minas e Energia e de suas Secretarias Finalísticas, em detrimento de profissionais ou de servidores concursados de destaque nas respectivas áreas.
3. Adequar a legislação a fim de ampliar e racionalizar o emprego de recursos públicos, de modo a aumentar os investimentos para o maior aproveitamento de energias renováveis na Matriz Energética do Brasil.
4. Facilitar o estabelecimento de PPP para investir em energias renováveis.
5. Otimizar a participação do capital internacional no aproveitamento de energias renováveis, salvaguardando os interesses nacionais, particularmente, os relativos ao segmento de defesa do país.

ÓBICES:

1. Dificuldade política e econômica para a implantação e distribuição de energias renováveis (Exemplo: custo elevado das energias renováveis e custos muito baixos para energias não-renováveis).
2. Pressões de atores e grupos específicos para atender a interesses próprios.
3. Possíveis impactos da pandemia de Covid-19, nos próximos anos, na nossa economia.
4. Marco regulatório desatualizado dificultando o estabelecimento de políticas e estratégias que ampliem a expansão das energias renováveis.

TEMA 15: O Brasil no Comércio Exterior.

INCERTEZA CRÍTICA: Participação do Brasil no *ranking* do comércio mundial até 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: A participação do Brasil no ranking de comércio exterior é uma das medidas do quanto somos um ator relevante na economia mundial, bem como um dos fatores de projeção do poder nacional, gerando capacidade de influenciar em fóruns mundiais sobre qualquer tema. Quanto mais equilibrado for o balanço de pagamentos e maior a participação do comércio exterior na economia, mais competitiva e sustentável ela será.

Em termos de corrente de comércio (soma de exportações e importações) o Brasil era o 27° maior exportador e o 28° maior importador em 2019, participando com apenas 1% da corrente de comércio mundial. Embora já tivéssemos uma agricultura muito competitiva, responsável por boa parte do crescimento do comércio exterior no PIB, o mesmo não acontecia com os setores industrial, com baixa produtividade, competitividade e inovação, e com o de serviços, sem tradição exportadora, situações agravadas com a crise da Covid-19.

Nos anos 2020, governos e sociedade viram a necessidade de virar esse jogo. Investiu-se na melhoria da infraestrutura nacional e em reformas institucionais, como: a tributária, para evitar a exportação de tributos; a judicial, para promover previsibilidade e segurança no cumprimento de contratos; e a trabalhista, para aumentar a competitividade da produção. Houve redução do Custo Brasil e as melhorias nos setores da indústria e de serviços estão em curso, apesar de não terem atingido a maturidade até o momento.

Em 2035, as reformas institucionais, somadas à intensificação do investimento na melhoria da infraestrutura e nas empresas dos setores industrial e de serviços, resultaram em melhora na participação do Brasil no ranking de comércio mundial, agora, em torno dos 18° - 22° lugar.

OBJETIVO:

- Elevar a participação do Brasil no *ranking* do comércio mundial até 2035, da posição do início dos anos 2020 (27° lugar), para uma colocação entre o 18° e o 22° lugar.

DIRETRIZES:

1. Aumentar e fortalecer a participação brasileira em organismos multilaterais internacionais, com especial atenção à OCDE, OMC entre outros.
2. Investir na expansão e qualidade dos cursos técnicos especializados na formação de trabalhadores e gestores da área de comércio.
3. Simplificar a estrutural legal que rege todo o ciclo de vida das empresas.
4. Simplificar a estrutura legal que rege a gestão de recursos humanos nas empresas, particularmente no que tange à admissão e demissão de empregados, sem perda de seus direitos adquiridos.
5. Reduzir e simplificar a estrutura tributária incidente sobre a produção e circulação de bens e serviços no País.

6. Reduzir e simplificar a estrutura legal relacionada ao fluxo de capitais do País.
7. Reduzir, simplificar e otimizar a burocracia relacionada ao processo de desembaraço alfandegário.
8. Implementar a atividade de "inteligência comercial competitiva", focada em Comércio Exterior, que alimente os ministérios com dados necessários à elaboração de estratégias setoriais, alinhadas à estratégia nacional.
9. Simplificar, agilizar, otimizar e baratear as transações e processos relacionados ao comércio exterior, de modo a aumentar a competitividade dos bens e serviços produzidos no Brasil.
10. Desenvolver e ampliar a infraestrutura econômica, particularmente a sua vertente de transporte e armazenamento, de modo a reduzir o "Custo Brasil" e aumentar a competitividade de nossos produtos.
11. Investir em produtos nos quais o Brasil se destaque no comércio mundial, ampliando essa presença e reinvestindo os ganhos obtidos em outros produtos com potencial de crescimento no comércio exterior.
12. Atualizar o marco regulatório de propriedade intelectual de modo a agilizar a aprovação e adequá-la à dinâmica do mercado.

ÓBICES:

1. Forte concorrência comercial internacional, acirrada, sobretudo, pela necessidade de recuperação econômica dos países.
3. Emaranhado legal e fiscal relacionado à estruturação e à gestão de empresas, inclusive à gestão de recursos humanos.
4. Carga tributária pesada e burocrática, penalizando a produção e o comércio de bens e serviços.
5. Complexidade legal na gestão de entrada e saída de capitais no País.
6. Complexidade das estruturas sistêmica, legal e normativa aplicáveis ao desembaraço alfandegário de bens e serviços.
7. Ausência de "inteligência comercial competitiva", focada em Comércio Exterior, integrada e coordenada pelo Governo Federal.
8. Infraestrutura econômica pouco desenvolvida e com gargalos, elevando o "Custo Brasil" e comprometendo a competitividade de nossos produtos.
9. Cultura de baixa proatividade do empresariado na busca e criação de oportunidades, deixando as iniciativas a cargo do governo.

TEMA 16: O Agronegócio no PIB Brasileiro.

INCERTEZA CRÍTICA: Participação do Agronegócio na economia brasileira, em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Os governos adotaram medidas que garantiram a sanidade, a qualidade e a segurança dos alimentos produzidos no País. Foram seguidos protocolos internacionais e nacionais, com base em estudos realizados, também, por especialistas brasileiros, para identificar quais estavam bem fundamentados e escoimados de outros interesses. Dessa forma, o Brasil se impôs diante de campanhas internacionais, algumas com o propósito nítido de lograr vantagens no comércio mundial. Por outro lado, os investimentos em tecnologia, o aperfeiçoamento da gestão empresarial e pública no setor e o aperfeiçoamento da infraestrutura econômica, reduziram o Custo Brasil, elevando a competitividade do País. Em 2035, o agronegócio é um relevante ator em participação no PIB nacional, como resultado de forte e consistente crescimento dos últimos 15 anos. Uma parte dos resultados nele auferidos são investidos em setores como educação, CT&I e em diversos segmentos da indústria, inclusive naquela inserida no próprio agronegócio.

OBJETIVOS:

- Ampliar a participação do Brasil no atendimento às demandas por alimentos para o mercado interno e o externo, de modo a que o País tenha elevada autonomia no atendimento à sua população e seja o maior provedor em escala global.
- Alcançar autonomia na produção de insumos, defensivos e sementes agrícolas, a fim de garantir segurança alimentar e protagonismo do Brasil na área do Agronegócio.

DIRETRIZES:

1. Promover campanhas internacionais para apresentar o Brasil como país responsável e defensor da preservação racional do meio ambiente.
2. Implantar políticas públicas vigorosas no estímulo à produção de insumos, defensivos e sementes agrícolas brasileiras, como meios de garantir a soberania no Agronegócio e ao mesmo tempo reduzir a grande dependência estrangeira atualmente observada.
3. Adotar medidas que fomentem PD&I nas áreas da agropecuária, inclusive o desenvolvimento da bioeconomia a serem aplicadas de forma sustentável e competitiva nos biomas brasileiros.
4. Implantar política pública que estimule a ocupação, recuperação, preservação, conservação e conversão dos 12 (doze) milhões de hectares de áreas de pastagens degradadas do País em áreas de proteção ou de produção de alimentos ambientalmente sustentáveis.
5. Implantar políticas públicas que estimulem o protagonismo de empreendimentos nacionais em nosso território como estratégia de exploração e de controle do Agronegócio brasileiro.

6. Gerar oportunidades de contemplar o pequeno produtor no contexto da agricultura regenerativa e de precisão, buscando inseri-la na cadeia produtiva do Agronegócio.

7. Impor medidas legais efetivas que regulem a aquisição de terras brasileiras pelo capital estrangeiro, de modo a preservar a soberania e outros interesses importantes do País.

8. Implantar políticas públicas que impulsionem a utilização de tecnologia de precisão na produção e de melhoria na qualidade de gestão do Agronegócio brasileiro.

9. Implantar políticas públicas de investimentos em infraestrutura de transporte e logística como estratégia de aumentar a competitividade do Agronegócio brasileiro pela redução dos custos logísticos.

10. Estimular a reforma tributária, uma vez que a atual carga é fator de queda na competitividade e rentabilidade do setor.

11. Aperfeiçoar o Plano Nacional de Regularização Fundiária Rural, com a definição dos papéis institucionais, métodos e estratégias estaduais e federais para titulação e georreferenciamento de toda malha fundiária rural nacional.

12. Estimular o uso racional da água e dos solos na agricultura e na pecuária, por meio da difusão das práticas conservacionistas mais adequadas e do incentivo à adoção de novas tecnologias, em parceria com Universidades e Instituições de Pesquisas.

13. Adotar medidas para a diversificação da produção e a recomposição de áreas degradadas ou de Reserva Legal, valorizando os biomas e seus sistemas vivos.

14. Incentivar a produção de orgânicos no âmbito do Agronegócio Familiar para a elaboração da merenda escolar, em atendimento a programas de assistência à alimentação escolar.

15. Adequar a grade curricular de ensino rural e de formação da mão de obra voltada para o campo, como estratégia de elevação do patamar de gestão do agronegócio nacional e geração de renda e empregos qualificados no campo.

16. Atualizar as grades curriculares do ensino rural e difundir e aplicar aos públicos de interesse em todo o Brasil.

17. Estabelecer políticas que garantam infraestrutura e propiciem segurança hídrica ao Agronegócio.

18. Implementar ações para sanar o deficiente controle fitossanitário no Agronegócio brasileiro.

ÓBICES:

1. As campanhas internacionais para comprometer a imagem do Brasil como não cumpridor de critérios de preservação ambiental.
2. Dependência internacional da produção de insumos e defensivos agrícolas, apesar da existência de fontes de matérias-primas, inclusive, em Áreas Indígenas e de Proteção Ambiental, que poderiam ser aproveitadas com retorno para as comunidades locais.
3. Insuficiente estímulo às pesquisas agropecuárias e ao desenvolvimento de biotecnologias nos biomas brasileiros.
4. Falta de uma política oficial de estímulo, seja à ocupação, seja à recuperação ou, ainda, à conversão dos 12 (doze) milhões de hectares de áreas degradadas em produtoras de alimentos ambientalmente sustentáveis ou em áreas de preservação ambiental.
5. Tentativas de potências globais para assumirem papel predominante na exploração e controle do Agronegócio brasileiro.
6. Ameaça concreta de aquisição de imensas terras no Brasil pelo capital estrangeiro.
7. Uso de pouca tecnologia de precisão na produção e gestão do Agro brasileiro.
8. Baixo investimento em infraestrutura de apoio à produção e em tecnologias embarcadas no escoamento das safras.
9. Altos custos logísticos e fiscais.
10. Manutenção da desconformidade da grade curricular de ensino e insuficiente formação da mão de obra no montante demandado pelo empreendedorismo rural e para suprir a necessidade dos empregos no campo.

TEMA 17: A Indústria Brasileira.

INCERTEZA CRÍTICA: Papel e Relevância da indústria no desenvolvimento econômico do Brasil até 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: No primeiro quartil do século 21, as sociedades maduras e desenvolvidas tornaram-se economias "pós-industriais", reduzindo a participação percentual da indústria na formação do PIB mundial. Não obstante, mesmo com a aceleração da convergência e ascensão das tecnologias inovadoras e disruptivas, associadas às mudanças demográficas, ambientais e geopolíticas, terem consolidado a expansão do setor de serviços, os países predominantes na geopolítica mundial dispõem de indústrias nacionais pujantes, um caminho tecnológico para gerar riqueza e desenvolvimento. No Brasil, esse caminho foi construído por meio de PPP, com fortes investimentos de ambos os setores em CT&I, infraestrutura, indústria e agronegócio. Houve reformas estruturantes, que destravaram e reduziram gargalos da economia, reduziram o Custo Brasil, atraíram investimentos para a economia do futuro (intensiva em conhecimento e inovação, digital, de baixo carbono, transparente, inserida no conceito ESG, ou seja, com sustentabilidade social e ambiental e com boa governança). As tecnologias digitais (Indústria 4.0) assumiram papel central nas estratégias de política industrial, comercial, de competitividade e de inovação, resultando na produção de itens de maior valor agregado, em especial, das indústrias de transformação e de bens de capital. O País também desenvolveu o seu enorme potencial em biodiversidade e biomassa, investindo na bioeconomia e bioinovação industrial.

Assim, em 2035 a indústria nacional dispõe de elevada autonomia e diversidade de parcerias em produtos de alto valor estratégico, reduzindo a dependência internacional.

OBJETIVO:

- Retomar o processo de crescimento industrial, posicionando e mantendo o País nos padrões definidos pela OCDE.

DIRETRIZES:

1. Aumentar os investimentos públicos e privados em PD&I no setor industrial, de modo a elevar significativamente a produção de itens com alto valor agregado.
2. Elaborar uma estratégia nacional que amplie a participação mundial do Brasil em inovação industrial.
3. Diminuir Custo Brasil.
4. Reduzir drasticamente a insegurança jurídica e eliminar o ativismo judicial.
5. Eliminar barreiras protecionistas e aumentar a integração com as cadeias produtivas mundiais.
6. Construir ambiente institucional privado e público que promova o investimento e da inovação.
7. Integrar essas diretrizes em um projeto abrangente e de longo prazo de revitalização do Parque Industrial Brasileiro.
8. Enfatizar o emprego contínuo de tecnologias críticas, como a 5G, a Inteligência Artificial e outras, nos projetos de modernização, expansão e fortalecimento do Parque Industrial Brasileiro, bem como a integração daquelas ao processo produtivo.

ÓBICES:

1. Baixo investimento da indústria brasileira em PD&I capaz de gerar competitividade internacional para a produção industrial.
2. Dificuldade da indústria nacional em superar o posicionamento de seguidor estratégico mundial em termos inovação (tradição de substituição de importações).
3. Deficiência da infraestrutura nacional, aumentando o Custo Brasil e diminuindo a competitividade.
4. Modelo tributário impondo altos custos de produção e comercialização de produtos.
5. Insegurança jurídica e ativismo judicial resultando em exportação de investimento industrial e desestímulo de investimento no Brasil.
6. Baixa integração da indústria nacional com as cadeias de produção mundial, devido ao protecionismo, com prejuízo da qualidade e da competitividade do produto nacional.
7. Arcabouço institucional, privado e público, de promoção e financiamento do investimento aquém das boas práticas mundiais.

TEMA 18: Exploração Mineral no Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: Participação da exploração mineral com alto valor agregado na economia brasileira em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Diante das reações internas e internacionais, pela preservação do meio ambiente, o Brasil teve que estabelecer normas efetivas para a exploração mineral, que retardaram o desenvolvimento de pesquisas e, consequentemente de implementação de estratégias para ampliar a exploração mineral com agregação de valor aos produtos dela decorrentes. Assim, em 2035, há um aumento na exportação mineral com alto valor agregado, mas ainda abaixo do nível que promete atingir, após a consolidação de modelos sustentáveis de exploração mineral e agregação de valor aos seus produtos, ampliando os ganhos e a participação dos minérios em nossa matriz econômica. Assim, a exportação de minérios *in natura* permanece com relevante presença nesse comércio, sendo objetivo dos últimos governos a sua diminuição em prol do aumento da participação da mineração com alto valor agregado visando que esta última alcance papel mais relevante na economia nacional.

OBJETIVOS:

- Ampliar a participação da exploração mineral na economia brasileira, por meio de políticas públicas e de incentivos à iniciativa privada, buscando agregar valor à exploração mineral no Brasil.

DIRETRIZES:

1. Implantar o Plano Nacional de Mineração, de forma a aumentar de 4 (quatro) para 10% a contribuição do setor para o PIB nacional.

2. Completar o mapeamento geológico do território nacional.
3. Priorizar a nomeação de profissionais experientes para os cargos de mais alto nível do Ministério de Minas e Energia e de suas Secretarias Finalísticas, evitando a ingerência de atores e grupos com interesses pessoais ou grupais contrários aos interesses da sociedade.
4. Implementar um plano de comunicação para conscientizar a sociedade da importância da exploração mineral ambientalmente responsável para o desenvolvimento do País e para mostrar à comunidade global que são cumpridas normas racionais e realísticas de preservação do meio ambiente.
5. Adequar a legislação relativa à exploração mineral a normas racionais de proteção ambiental, com especial atenção à questão dos resíduos e rejeitos.
6. Atualizar a legislação referente à exploração mineral, simplificando-a e tornando-a mais flexível, de modo a facilitar o aumento da exploração mineral, tanto in natura, quanto de alto valor agregado.
7. Regulamentar a participação de capital estrangeiro nas atividades de exploração mineral, com o cuidado de salvaguardar os interesses e a soberania nacionais, particularmente, no que tange aos minerais de alto valor estratégico para a segurança e desenvolvimento do Brasil.

ÓBICES:

1. Dificuldade em convencer a sociedade brasileira de que a Mineração é uma atividade econômica que pode ser feita de forma sustentável e não poluidora.
2. As pressões internacionais sobre o Brasil limitam muito o desenvolvimento de nossa Mineração.
3. Ingerência de atores e grupos de pressão para tomada de decisões políticas em prol de interesses próprios e não da Nação.
4. Legislação complexa e restritiva, ensejando privilégios.
5. Desconhecimento da potencialidade do Setor Mineral pela sociedade e por segmentos importantes da liderança nacional.
6. Mapeamento geológico nacional incompleto (somente 30% na escala 1:100.000).
7. Falta de uma política de comunicação em defesa do setor.
8. Insuficiência de políticas de PD&I e estratégias de apoio e incentivo à Mineração, com o objetivo de agregar valor aos produtos da exploração mineral.
9. Vulnerabilidades do País diante de pressões internacionais para participar da exploração mineral no Brasil, com ações que comprometem nossa soberania, nosso patrimônio e outros interesses importantes.

TEMA 19: Bioeconomia no Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: Efetiva implementação da Bioeconomia no Brasil até 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: A comunidade mundial tem plena consciência da elevada importância estratégica da Bioeconomia para reforçar a pujança econômica dos países e a sua consequente projeção em posição de destaque nas relações internacionais. Nos anos 2020, o Brasil ampliou a pesquisa e os investimentos nesse setor, principalmente, por meio de parcerias público-privadas (PPP). No entanto, a necessidade de atender a outros setores prioritários com demandas mais urgentes, retardou o direcionamento de estratégias para o desenvolvimento efetivo da Bioeconomia, o que deixou o Brasil fora do rol dos países mais desenvolvidos e que mais obtêm retorno com as benesses oriundas desse setor ao chegar o ano de 2035.

OBJETIVO:

- Criar e implementar estratégias* flexíveis e eficazes, com base em critérios racionais de preservação ambiental, a fim de minimizar ingerências externas, e que viabilizem a organização e a modernização dos ecossistemas brasileiros, facilitando o desenvolvimento da Bioeconomia.

DIRETRIZES:

1. Aumentar o investimento setorial** e especializar o conhecimento científico, tecnológico e de gestão de negócios de inovação nos setores da Bioeconomia.
2. Acelerar programas de desestatização e ampliar investimentos em Educação e em Ciência, Tecnologia e Inovação, inclusive em Bioeconomia.
3. Modernizar o Marco Regulatório em Bioeconomia, removendo e reduzindo a burocracia para estimular a competição nos mercados.
4. Disseminar uma cultura e instrumentos modernos de empreendedorismo e inovação de base tecnológica, indispensáveis para o setor da Bioeconomia.
5. Melhorar a sistemática de avaliação e governança das políticas públicas com efeitos sobre a Bioeconomia, promovendo seu alinhamento, integração e coerência.
6. Ampliar iniciativas de racionalidade e eficiência no gasto público.
7. Capacitar e avaliar servidores públicos dos 3 (três) níveis de governo, empregando metodologias consagradas, a exemplo das do Reino Unido.
8. Atuar com eficácia na defesa, realista e sem fundamentalismos, do meio ambiente e no uso de matérias primas.
9. Pactuar, desenvolver e implementar agendas, desafios tecnológicos específicos, encomendas e compras públicas estratégicas para estimular o desenvolvimento da Bioeconomia.
10. Focar, selecionar, acelerar a colaboração e cooperação internacional em Bioeconomia com países e organizações parceiras selecionadas.
11. Implementar a comunicação e a divulgação à sociedade dos imensos e reais benefícios da Bioeconomia.

12. Criar, modernizar e flexibilizar o marco regulatório, incluindo a facilitação do investimento direto estrangeiro, que são fatores críticos para o País produzir ciência, tecnologia, inovação e negócios de impacto e gerar riqueza a partir dos incontáveis ativos da bioeconomia.

13. Acelerar as Reformas Setoriais Estruturantes. (Ser mais explícito. Na Bioeconomia, as reformas não seriam as que já constam nessas Diretrizes?).

* Serão apoiadas nos subsistemas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, liberdade econômica, para atrair capital em investimento produtivo nas bioindústrias do futuro ("*Mindfacturing*" - Economia Circular, Materiais Avançados), aumento da produtividade da força de trabalho.

** O setor da bioinovação estima investimento privado de US$ 132 bilhões em 20 anos (até 2040) para o Brasil realizar seu potencial e agregar anualmente cerca de US$53 bilhões à economia.

ÓBICES:

1. Insuficiência de investimento para a geração de novos conhecimentos, empreendedorismo e inovação.

2. Insuficiência numérica, e em especialização, de capital humano qualificado para adensamento do conhecimento nos campos científico, tecnológico e de negócios de inovação, nos múltiplos setores e segmentos de mercado da Bioeconomia.

3. Incoerência ou baixa integração dos programas de incentivo e das ações em políticas públicas para o desenvolvimento da Bioeconomia em órgãos governamentais (Federais: Ministérios e Agências; e Estaduais e Municipais: Secretarias).

4. Morosidade na aprovação e contínua atualização de Reformas Estruturantes que modernizem a economia e a sociedade (Tributária, Trabalhista, Acordos Comerciais Internacionais Relevantes – União Europeia, ASEAN, Mercosul - Administrativa, Privatizações, Liberdade Econômica) e para aumento da competitividade internacional da economia.

5. Inexistência, alta complexidade e burocracia ou inadequação da regulação básica no plano da Bioeconomia (propriedade industrial e intelectual, biodiversidade, recursos genéticos, biossegurança, repartição de benefícios).

6. Baixas taxas internas de retorno em projetos essenciais, estruturantes para o desenvolvimento da Bioeconomia e insegurança jurídica reduzem a atratividade e volume dos altos investimentos privados necessários.

7. Gasto público da Federação não sustentável (União, Estados e Municípios), verificando-se deterioração fiscal e aumento da relação dívida/PIB.

8. Ineficiência e baixa produtividade da gestão pública.

9. Possibilidade de que critérios globais de sustentabilidade nas decisões de investimento afetem projetos de interesse do País na área de Bioeconomia.

TEMA 20: O Turismo no Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: A evolução do Turismo no Brasil e o seu posicionamento no cenário global de competitividade da atividade, em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Em 2019, dos 140 países avaliados, o Brasil ocupou a 32ª posição no Índice de Competitividade Global em Viagens e Turismo (ICGVT). Nos anos 2020, a atividade turística foi contemplada com políticas de fomento focadas nas boas práticas do ramo8, ampliando o investimento, principalmente de recursos privados, nacionais e estrangeiros, atraídos por incentivos proporcionados pelos governos. Em 2035, o turismo está fortalecido, com reflexos positivos no desenvolvimento econômico do País e na geração de emprego e renda. No entanto, indicadores da atividade turística, como o ICGVT, embora apontem um fortalecimento da competitividade, o Brasil ainda não se consolidou como um dos vinte países de melhor desempenho nesse setor de atividade econômica.

OBJETIVO:

- Posicionar-se entre os 20 primeiros colocados no ICGVT até 2035.

DIRETRIZES:

1. Implementar estratégias de melhoria da infraestrutura turística em conjunto com os projetos nacionais de infraestrutura, integrando a gestão do turismo com áreas como saúde, segurança, gestão de riscos e outras.
2. Aumentar a competitividade na indústria de turismo nacional como meio de reduzir preços, inclusive com incentivo a novos arranjos de ofertas de serviços envolvendo todos os seus *stakeholders*.
3. Coordenar esforços privados e públicos, no sentido de projetar imagem atrativa internacional para o Brasil como destino turístico.
4. Incentivar a profissionalização e inovação na indústria turística nacional.
5. Implementar no Brasil eventos internacionais privados, diversificando regiões e temas.
6. Promover campanhas de comunicação para incentivar o turismo interno e atrair o turista estrangeiro.
7. Integrar as diversas vertentes turísticas disponíveis nas regiões do Brasil (turismo histórico, ecológico, cultural e outras).

ÓBICES:

1. Infraestrutura turística incompleta no país.
2. Preços dos serviços turísticos no Brasil acima do padrão mundial;
3. Subaproveitamento do potencial turístico.
4. Projeção da imagem turística brasileira no exterior deficiente e distorcida.
5. Baixa profissionalização dos atores nacionais na indústria de turismo.
6. Baixos índices de segurança pública no País.
7. Fragilidade da segurança humana nas atividades de turismo (acidentes).

8 Conservadorismo evolucionista. Não é imobilista, pois aceita e se mobiliza para o progresso e a evolução política, econômica e social, desde que calcados na experiência histórica, valores humanos e identidade nacional e não em transformações ou revoluções como as propostas por ideologias radicais, utópicas e liberticidas.

TEMA 21: Custo Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: Situação da competitividade do País em 2035, em função das políticas de sucessivos governos para reduzir o Custo Brasil.

MINI CENÁRIO FOCO: O Custo Brasil é um conjunto de práticas impeditivas, legislações equivocadas, deficiências em infraestrutura e em instituições, que tornam o custo de produzir e comercializar no Brasil acima do que poderia ser se governo e sociedade atuassem de forma diferente. Ele implica menor competitividade de nossos produtos e serviços em relação aos demais países e se divide em duas áreas, a jurídica e a infraestrutura. Os problemas jurídicos são relativos a tributos, trabalho, cumprimento de contratos (crédito), corrupção e violência. Os de infraestrutura se devem a manuseio de produtos, armazenamento, transporte, burocracia alfandegária e baixo investimento em infraestrutura, que era de 2% do PIB desde 1990, quando deveria ser o dobro. Em 2019, o Governo Federal (SEPEC/ME), em diagnóstico conjunto com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), concluíra que o Custo Brasil representava 22% do PIB.

Nos anos 2020, ações conjuntas de governos e sociedade, por meio de reformas administrativas, educacionais, trabalhistas e tributárias, mudanças na legislação relacionadas com infraestrutura, privatizações e investimentos em equipamentos, dentre outras ações, conseguem elevar o Brasil, em 2035, a uma posição mais competitiva saindo do 71º lugar (2019) ao 50º lugar na classificação do *ranking* do Fórum Econômico Mundial.

OBJETIVO:

- Posicionar o Brasil entre os 50 (cinquenta) países mais competitivos do mundo até 2035.

DIRETRIZES:

1. Expandir e modernizar a infraestrutura econômica do País (transporte, armazenamento, comunicações, energia, turismo, etc.).
2. Diversificar e aumentar o uso dos modais de transporte não rodoviários.
3. Implementar ações que limitem o ativismo judicial, a corrupção e práticas privadas desleais, reduzindo a insegurança jurídica e patrimonial.
4. Criar mecanismos institucionais que diminuam o grau de oligopolização da economia brasileira e aumentem a competitividade.
5. Reformular a carga tributária incidente na economia brasileira.
6. Racionalizar a legislação, os procedimentos, os processos e as práticas pertinentes à administração pública que impactam o desenvolvimento econômico nacional.
7. Estimular práticas administrativas modernas no campo público e privado, estudando as utilizadas nas economias mais competitivas do mundo.
8. Tornar mais efetivo o sistema de combate às práticas ilegais na economia, impedindo, coibindo e punindo apropriadamente as que forem identificadas.

ÓBICES:

1. Infraestrutura turística incompleta no país.
2. Infraestrutura de transporte deficiente, centrada no modal rodoviário.

3. Infraestrutura de armazenamento deficiente.

4 Ativismo judicial fragilizando contratos e instituições jurídicas.

5. Omissão do Estado com destaque para o relacionado ao ativismo no campo jurídico, gerando insegurança jurídica e patrimonial.

6. Atendimento a interesses que sustentam práticas tributárias desnecessárias, resultando no aumento do custo final e administrativo do setor produtivo.

7. Corrupção e práticas desleais, aumentando o custo de transação.

8. Práticas administrativas menos eficientes do que as normalmente aplicadas pelas economias mais avançadas do mundo.

9. Burocracia e controles estatais gerando morosidade, ineficiência produtiva e custos desnecessários.

10. Arcabouço institucional e legal induzindo à formação de oligopólios nos mercados internos e dificultando a competição e a eficiência.

11. Desperdício generalizado de ativos econômicos por questões culturais, logísticas, tecnológicas, dentre outras, comprometendo toda a cadeia produtiva.

TEMA 22: **PIB per Capita do Brasil.**

INCERTEZA CRÍTICA: Posição do Brasil na classificação mundial do PIB *per capita* (PPC), em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: O PPC é o PIB divulgado nos jornais (PIB em termos absolutos) dividido pelo número de habitantes de um país. O PIB absoluto indica a importância da economia para as decisões de investimento, enquanto o PPC indica o bem-estar que a economia coloca à disposição dos cidadãos. A melhora do PPC, em relação ao mundo, atrai investimentos e acelera o crescimento.

No início dos anos 2020, embora em termos absolutos nosso país fosse a 8ª ou 9ª economia do mundo, na classificação per capita (PPC) nossa posição era a 77°. Até 2035, fruto do crescimento econômico, constatou-se a melhoria dos indicadores em distintos setores como o do agronegócio, o de serviços, o das indústrias de transformação, o do desenvolvimento científico-tecnológico, tudo isso resultando em maior ocupabilidade e em crescente mão-de-obra especializada. A melhoria do PPC foi inicialmente lenta, mas progressiva e consistente. O País se posiciona em situação sensivelmente melhor, ou seja, entre os 50 maiores PPC na classificação mundial.

OBJETIVO:

- Estar entre os 50 (cinquenta) países com maior PIB per capita do mundo, até 2035.

DIRETRIZES:

1. Melhorar a formação e a capacitação do cidadão para o desempenho profissional em todos os segmentos da sociedade, inclusive nos níveis técnicos médio e superior.
2. Diminuir o Custo Brasil por meio de reformas que reduzam desperdícios, racionalizem processos e implementem tecnologias de ponta em áreas com impacto nos índices do Custo Brasil.
3. Criar mecanismos institucionais para transformar a criatividade do brasileiro em empreendedorismo e inovação.
4. Incentivar o investimento em PD&I.
5. Reformular o sistema de propriedade intelectual, dotando-o de celeridade, baixo custo e segurança jurídica.
6. Incentivar a competição e dificultar a formação e atuação de oligopólios.
7. Incentivar a ação do Estado, não como gestor, mas, sim, indutor e facilitador do desenvolvimento do País.
8. Implementar reforma administrativa que reduza privilégios no funcionalismo público, nas três esferas de governo, particularmente nos altos escalões dos três Poderes.

ÓBICES:

1. Alto nível de analfabetismo funcional no Brasil e baixo nível de educação do cidadão para o desempenho profissional em diversos setores da sociedade (Sistema de Educação deficiente).
2. Formação técnica de nível médio e superior deficientes.
3. Custo Brasil.
4. Cultura empreendedora inata do brasileiro, decorrente dos desafios conjunturais, mas pouco incentivada e profissionalizada.
5. Baixo investimento em PD&I.
6. Sistema de propriedade intelectual dificulta a inovação.
7. Pesada estrutura de impostos se refletindo no Custo Brasil.
8. Privilégios de determinados segmentos do funcionalismo público, nas três esferas de governo, particularmente nos Poderes Legislativo, Judiciário e nos altos escalões do Executivo.
9. Oligopolização do setor produtivo.
10. Tradição de Estado patrimonialista e economicamente dirigista, retardando a produtividade, o crescimento, a inovação e a competitividade, sendo, muitas vezes, desnecessariamente protecionista.

EIXO IV: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

TEMA 23: Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA Autonomia do Brasil em CT&I, em 2035, em função do percentual predominante do PIB investido nesse campo.

MINI CENÁRIO FOCO: Ao longo dos anos 2020, o percentual do PIB investido em CT&I aumenta de 1,3% para próximo de 2%, o que, aliado a políticas e estratégias no setor em pauta, permitiu a formação e manutenção de quadros qualificados e de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento competitiva e próxima a padrões internacionais. Em 2035, verifica-se a atuação de instituições de alto nível para implementar e gerir tais políticas e estratégias e o Brasil desfruta de maior autonomia do que no início de década passada, ou seja, dispõe de capacidade para definir e realizar suas próprias prioridades e seus programas de desenvolvimento em CT&I com maior independência (total é impossível) em relação a restrições externas.

OBJETIVO:

- Implementar a melhoria contínua do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), para torná-lo mais competitivo, inovador e autônomo.

DIRETRIZES:

1. Aumentar e dirigir o investimento em CT&I, de acordo com as prioridades da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
2. Gerar, disseminar e utilizar o conhecimento científico, tecnológico e empresarial, para acelerar os negócios de inovação nos setores definidos como prioritários da sociedade, aplicando as melhores práticas de sustentabilidade.
3. Buscar especialização contínua do capital humano que atua em CT&I.
4. Ampliar e especializar programas de investimentos em Educação e em Ciência, Tecnologia e Inovação.
5. Incentivar e disseminar a cultura de valorização da CT&I e do empreendedorismo inovador de base tecnológica.
6. Aprimorar a governança das políticas públicas com efeitos no setor de CT&I.
7. Implementar campanhas de comunicação para informar a sociedade e as lideranças estratégicas sobre a relevância do desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Inovação para o futuro do País.
8. Unir as principais lideranças dos setores público e privado (quíntupla hélice) em torno de pautas e agendas comuns e convergentes, com visão de longo prazo, em torno das prioridades da CT&I, para atender os Objetivos Nacionais.
9. Revitalizar o Programa Espacial e o Programa Nuclear Brasileiros.
10. Aumentar a efetividade do Sistema Nacional de Propriedade Intelectual.

11. Ampliar a formação e especialização de capital humano nas áreas essenciais para inovação de base científico-tecnológica.
12. Integrar o marco regulatório alusivo ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.
13. Manter o investimento em CT&I em torno de 2% do PIB, ampliando a participação do setor privado.
14. Adotar critérios realistas de sustentabilidade para apoiar as decisões de investimento em CT&I, demonstrando interna e externamente que atendem às necessidades de preservação ambiental.

ÓBICES:

1. Insuficiência ou não priorização de investimento para a geração de Pesquisa, Desenvolvimento, Empreendedorismo e Inovação de qualidade.
2. Insuficiência ou inexistência de mecanismos e instrumentos para estimular a competição saudável, transformar o conhecimento em riqueza, negócios e desenvolvimento para a sociedade.
3. Insuficiência de uma cultura de valorização da mobilidade do capital humano, em função das competências e vocações, buscando sua ampla atuação nos campos da ciência, do desenvolvimento tecnológico e da inovação.
4. Incoerência, dispersão ou baixa integração das políticas e programas públicos de incentivo e especialização da CT&I distribuídos para execução por parte dos Ministérios e outros órgãos do Poder Executivo Federal.
5. Insuficiente cultura e prática de interação Academia-Empresas.
6. Baixa atratividade para investimento privado em projetos de inovação.
7. Dificuldades para o Brasil implementar decisões de investimentos, impostas por agências, organismos internacionais e potências estrangeiras, apoiados em critérios de sustentabilidade nem sempre realistas e isentos de interesses alienígenas.
8. Gestão governamental deficiente no tocante à imposição de metas aos centros de pesquisa.
9. Contingenciamentos periódicos de recursos orçamentários e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
10. Baixo interesse e incentivo da iniciativa privada em P&D.
11. Baixo incentivo público para P&D nos segmentos de governo e na iniciativa privada.

TEMA 24: O acesso à Internet no Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA Capacidade de o Poder Executivo ampliar o acesso à Internet de alta velocidade, alcançando a maior parte da população até 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Ao longo dos anos 2020, o Poder Executivo implementou políticas públicas e parcerias público-privadas (PPP) que possibilitaram, no ano de 2035, a ampliação da cobertura de acesso à Internet a 85% da população como um todo (áreas urbana e rural). O desafio foi estabelecer políticas que garantissem a tecnologia necessária para a ampliar a cobertura de acesso à Internet de alta velocidade, inclusive para a população de áreas rurais e regiões remotas do País.

Tal resultado se deveu a fatores como: redução da carga tributária; modernização das legislações municipais; redução de entraves regulatórios para utilizar financiamentos públicos que não revertiam para a inclusão digital; melhoria na aplicação dos recursos dos fundos setoriais; redução relativa dos preços dos serviços de internet; e outros.

OBJETIVO:

- Universalizar o acesso à Internet de alta velocidade para todo o Brasil.

DIRETRIZES:

1. Expandir a infraestrutura de telecomunicações via satélite, fibra óptica e 5G, com arquitetura redundante, ampliando a conexão em todo o País, e alcançando o interior por meio das rotas de Internet rural.
2. Reforçar a segurança física, orgânica e cibernética das infraestruturas físicas e tecnológicas das telecomunicações.
3. Facilitar a aquisição e a manutenção de equipamentos para a Internet comunitária.
4. Reduzir os entraves legais burocráticos e óbices técnicos (principalmente compatibilidade) para a instalação de sistemas destinados à expansão da infraestrutura da Internet admitindo, porém, normas que limitem a dependência de fornecedores no que for vital para a segurança do País.
5. Ampliar a capacitação de docentes, discentes e trabalhadores na Educação, a de habitantes das regiões rurais e a de servidores públicos, nos diversos setores e níveis de governo, para o maior aproveitamento das possibilidades da inclusão digital.
6. Incentivar a inovação com as novas ferramentas oferecidas pela Internet.
7. Investir na melhoria da qualidade, da segurança, da redundância de recursos e da estabilidade das operadoras de telecomunicações.
8. Promover a expansão dos *backbones* em fibra óptica nas regiões mais remotas do País, principalmente na Amazônia, e a entrada em serviço do sistema 5G e de outros sistemas inovadores.

9. Reformular a legislação que regula a Internet, desburocratizando-a, de modo a beneficiar os usuários, em curto prazo, com as inovações surgidas na rede.

10. Realizar parcerias internacionais, com protocolos de transferência de tecnologia e de salvaguardas dos interesses importantes do País, diante dos eventuais parceiros internacionais fornecedores de tecnologias.

11. Garantir a manutenção da privacidade e das liberdades fundamentais do cidadão, por meio de garantias contra o uso de ferramentas de controle da população, através da Internet, exceto em situações que envolvam a segurança nacional, nesse caso, com o devido respaldo legal.

ÓBICES:

1. Deficiências atuais da infraestrutura de Telecomunicações no que tange à qualidade, segurança, redundância de recursos e à estabilidade das operadoras de Telecomunicações.

2. Questões burocrático-legislativas e disputas de cunho político, internas e externas, dificultam a entrada em serviço de sistemas modernos, a exemplo do 5G.

3. Interesses de grupos políticos radicais, organizações criminosas ou atores internacionais, estatais ou não, podem resultar em atentados a instalações físicas da infraestrutura das Telecomunicações ou a seus componentes tecnológicos, por meio de ataques cibernéticos, ambos com danos cujo reparo pode demandar longo tempo e custos elevados.

4. Custo excessivamente alto dos circuitos integrados (*chips*) encarece todos os equipamentos de telecomunicações, podendo tornar menos viáveis os investimentos na infraestrutura de regiões remotas.

5. Falta de capacitação dos habitantes de regiões remotas para empregar tecnologias avançadas e inovadoras e alavancar a produtividade de suas atividades.

TEMA 25: Ensino Básico no Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: Qualificação do Ensino Básico do Brasil numa perspectiva nacional (IDEB) e internacional (PISA), em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: A qualidade de Educação Básica é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico nacional, como considera a maioria das pessoas que ocupam posição de destaque em seu ambiente social ou de trabalho. Ao longo dos anos 2020, os governos e a sociedade civil, cientes dessa premissa, atuaram para corrigir ou mitigar um rol de pontos fracos que comprometiam a qualidade da Educação Básica no Brasil. As políticas públicas e as PPP visaram os gargalos e distorções do sistema de Educação Básica, particularmente, no tocante à necessária reforma de currículos, às práticas pedagógicas, às infraestruturas físicas, aos equipamentos didáticos, especialmente os tecnológicos, no que conerne à sua provisão e técnicas de utilização pedagógica. Além disso, especial atenção foi conferida à valorização de boas práticas de comportamento, civismo, cidadania e disciplina dos alunos, bem como à formação e ao aperfeiçoamento de professores nos aspectos profissionais, comportamentais, morais e éticos. A ideologização do ensino básico foi neutralizada, o que facilitou a implementação de reformas com foco no desempenho e na preparação para a vida do futuro cidadão, sem orientação ou ingerência na construção da sua própria opção ideológica. Assim, em 2035, o Ensino Básico (Fundamental e Médio), nas áreas pública e privada, alcança os índices do IDEB e os do PISA, este último referido à faixa etária de jovens entre 14 e 16 anos.

OBJETIVO:

- Ultrapassar os índices do IDEB preconizados em 2035 e alcançar os índices do PISA, situando-se entre os trinta países mais bem avaliados.

DIRETRIZES:

1. Aperfeiçoar a formação profissional, ética e cívica dos quadros docentes.
2. Promover valores e práticas comportamentais que resultem na preservação e em melhoria das infraestruturas educacionais e na formação do cidadão.
3. Adequar e manter atualizada a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em face das exigências da evolução permanente da sociedade.
4. Aperfeiçoar a gestão dos recursos destinados ao sistema de ensino.
5. Aprimorar as competências tecnológicas dos docentes.
6. Aperfeiçoar as técnicas pedagógicas de emprego dos recursos tecnológicos.
7. Promover a participação das famílias na vida escolar dos filhos.
8. Coibir a ideologização nociva do ensino.
9. Implementar Políticas Públicas para limitar a ingerência do corporativismo sindical, no que comprometa o cumprimento das atribuições legais do Sistema de Ensino.
10. Normatizar a Educação Básica e a Fundamental, visando a formação humana, científica e profissional e não a atender a propósitos de ideologias de qualquer natureza.

11. Estabelecer um currículo nacional basilar para o Ensino Médio, em suas linhas gerais, porém flexível para se adequar às especificidades de distintas regiões e seus habitantes.
12. Elaborar estratégias de melhoria da formação de professores do Ensino Básico e do Fundamental, estudando o modelo das antigas Escolas Normais, para resgatar o que ainda hoje for relevante.
13. Implantar nos currículos de ensino assuntos voltados à educação para a cidadania, elaborados em conformidade com cada série escolar.
14. Garantir o ensino híbrido, como complemento e não como substituto do ensino em sala de aula, buscando sua melhoria contínua.
15. Dotar, tanto as escolas com recursos para o acesso à banda larga da Internet, quanto as famílias para utilizá-los a domicílio ou em lugares comunitários próximos a eles.
16. Estudar a municipalização do Sistema de Ensino Básico e Fundamental e, caso ela seja vantajosa, propor leis que viabilizem as funções docentes e identificar os apoios necessários das instâncias federal e estadual.
17. Estudar as vantagens de disseminar o modelo das escolas cívico-militares, no tocante às normas de disciplina, respeito, higiene, civismo e práticas pedagógicas sem que, necessariamente, os estabelecimentos de ensino sejam transformados nesse modelo escolar.

ÓBICES:

1. Ideologização radical do ensino.
2. Deficiente formação profissional e cívica dos quadros docentes.
3. Práticas comportamentais distorcidas, afetando o comportamento e as atividades de ensino, com prejuízo para a formação do cidadão.
4. Inadequação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) às necessidades dos diversos contextos e realidades da educação.
5. Práticas inadequadas de gestão de recursos.
6. Deficiente formação e atualização dos docentes para emprego dos recursos tecnológicos no ensino.
7. Baixa participação das famílias na vida escolar dos alunos.
8. Supervalorização de metodologias e técnicas pedagógicas em detrimento dos conteúdos e fundamentos das disciplinas, com prejuízo na preparação do cidadão para a vida profissional e pessoal.

TEMA 26: Educação Superior no Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: Evolução da Educação Superior no Brasil como resultado da implementação das Políticas Públicas de Educação (PPEs), até 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: As PPEs e a qualidade da gestão tiveram um bom desempenho com maior integração entre o mercado e a sociedade civil. O ensino superior, público e privado, atuando em parceria, contribuíram para alavancar os resultados desse nível de ensino no País.

O ponto crítico que revelava a maior deficiência do Brasil na Educação Superior era a baixa qualidade da gestão do sistema educacional, não tanto o montante de recursos financeiros a ele dedicado. O aperfeiçoamento da gestão permitiu a implementação de Políticas Públicas eficazes, que promoveram a integração com a iniciativa privada, em especial com o setor produtivo. O caminho da inovação e da criação de valor para a sociedade foram compromissos inegociáveis das Instituições de Educação Superior.

Dessa forma, foram atenuados vários óbices do início dos anos 2020, gerando reflexos postitivos nos resultados das avaliações do Sinaes (Instituições, Curso, Desempenho dos Alunos). Em consequência, no posicionamento das Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras nos *rankings* mundiais.

OBJETIVO:

- Aprimorar a qualidade da Educação Superior no Brasil, buscando suprir as necessidades de profissionais nos diversos setores, particularmente nos que possam colocar o Brasil entre as principais potências mundiais.

DIRETRIZES:

1. Aproximar a Academia do setor produtivo, aumentando a sintonia dos profissionais formados com os mercados atual e futuro, tanto nos aspectos técnicos de cada área quanto em relação às *soft skills* e aos valores demandados para os contextos atual e futuro.
2. Reduzir a ideologização nociva nas universidades e escolas, buscando otimizar o tempo disponível e garantir a liberdade de pensamento e expressão quando e onde for preciso.
3. Desenvolver e implementar políticas públicas e parcerias com o setor privado e com o terceiro setor, para aumentar o aporte de demandas de pesquisa e de recursos, com vistas a viabilizar a seleção de profissionais durante o tempo de estágio e elaboração de Trabalhos de Graduação, de Dissertações ou Teses.
4. Reformular o processo de escolha de reitores das universidades públicas, de modo a restringir as influências de grupos de interesses políticos, ideológicos e outros que não voltados ao bem comum.
5. Aperfeiçoar a gestão nas Universidades Federais e nos Institutos Federais de Educação, implantando a avaliação de resultados para seus membros, tendo em vista a valorização do mérito.
6. Ampliar o universo de pesquisadores nos centros de pesquisa acadêmicos, de modo a admitir distintas linhas de pensamento, democratizando a pesquisa e evitando a formação de “círculos fechados”.

ÓBICES:

1. Distanciamento entre a Academia e o setor produtivo, resultando em profissionais dessintonizados com as necessidades do mercado e, principalmente, em carências alusivas a conhecimentos voltados para o futuro, às *soft skills* e a valores importantes, mas pouco trabalhados no ambiente acadêmico.
2. Ideologização radical e excessiva nas universidades e escolas, ocupando o tempo que poderia ser utilizado para as preparações mencionadas no item1.
3. Falta de políticas públicas e parcerias com o setor privado e terceiro setor, que viabilizem maior aporte de recursos e melhor aproveitamento e seleção da mão de obra em formação (estágio) para apoio aos setores público, privado e ONG.
4. Formação moral e cívica deficiente de docentes e discentes.

TEMA 27: Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: Evolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, em 2035, em função da avaliação pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

MINI CENÁRIO FOCO: Nos anos 2020, os cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cuja graduação é a do ensino universitário (bacharelado e licenciatura), tiveram grande expansão. Isso se deveu a distintos fatores como a curta duração dos cursos (2 a 3 anos), novas tecnologias, mudanças sociais e econômicas e criação de novos produtos e mercados, tudo impondo a melhor qualificação do trabalhador. Os cursos EPT se tornaram ótimos veículos de capacitação para os trabalhadores, o que beneficiou uma grande parte da população economicamente ativa, ampliou os índices de ocupabilidade e contribuiu para a ascensão social do trabalhador, trazendo reflexos positivos à economia, ao desenvolvimento nacional e ao bem-estar social. Em 2035, os cursos do EPT continuam se expandindo e evoluindo positivamente, como se constata na Avaliação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), onde o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) nos conceitos baixo e regular, registra diminuição em relação aos percentuais de 2019, somando, aproximadamente, 50% (aumentando o percentual do conceito alto) das IES públicas e privadas.

OBJETIVO:

- Ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) visando aumentar, tanto os índices de empregabilidade, quanto os de oculpabilidade, atendendo às necessidades do mercado.

DIRETRIZES:

1. Estabelecer parcerias com instituições de educação superior públicas e privadas para ampliação da oferta de cursos do EPT.

2. Criar incentivos para os cursos que obtiverem melhor desempenho no ENADE.
3. Criar fontes de financiamento e bolsas para estudantes de baixa renda.
4. Identificar e atrair nas escolas públicas alunos com potencial para os cursos do EPT.
5. Elaborar um estudo de âmbito nacional para avaliar a relevância do EPT, onde, uma vez levantadas suas vantagens para os campos econômico e social, se decida ampliar e disseminar seus cursos, de acordo com os segmentos de mercado listados no estudo como mais vantajosos e necessários para serem atendidos e suas prioridades.

ÓBICES:

1. Falta de recursos e orçamento destinado ao financiamento de vagas e bolsas para Educação Profissional Tecnológica.
2. Baixa oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica dentro das Instituições de Ensino Superior.
3. Falta de investimentos das IES públicas e privadas na modernização dos cursos de Educação Profissional Tecnológica (EPT).
4. Baixo conhecimento, nos níveis decisórios da liderança nacional, sobre a relevância do EPT para fortalecer o campo econômico do País.

TEMA 28: Ensino Técnico no Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: Evolução do Ensino Técnico no Brasil, em quantidade e qualidade de profissionais, para suprir as necessidades do mercado em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Em 2035, o Ensino Técnico (corresponde ao Ensino Médio) teve uma boa evolução em relação ao nível de desempenho registrado nos primeiros anos da década de 2020. Embora ainda não plenamente, já atende em melhores condições às demandas da sociedade e às necessidades do mercado em quantidade e em qualidade. Isso foi possível após serem solucionados óbices significativos e implementadas boas práticas e políticas integradas, tudo contribuindo para a valorização dos profissionais de nível técnico. Além disso, foram envolvidos os três principais atores do processo: o ente público, as instituições de ensino e o setor produtivo, modelo que formata o conceito da *Tríplice Hélice*.

O Modelo de Gestão, com metodologia de coordenação e convergência de ações, permitiu organizar e estruturar uma educação técnica de qualidade, que não formou apenas o técnico competente, mas sim o profissional compromissado, com conhecimentos, habilidades e atitudes republicanas. A melhor qualificação do trabalhador ajudou a impulsionar a produtividade e o empreendedorismo e a ampliar o emprego, aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida das famílias.

OBJETIVO:

- Ampliar a capacitação e a oferta de profissionais qualificados no nível técnico visando a atender às necessidades do mercado e da sociedade.

DIRETRIZES:

1. Estabelecer parcerias com empresas (indústrias e empresas de serviço) visando a ampliação da oferta de vagas de trabalho destinadas a profissionais com formação técnica (Ensino Técnico).
2. Definir políticas públicas e práticas integradas que possam valorizar os profissionais de Ensino Técnico e aumentar o patamar salarial destes profissionais.
3. Incluir na grade curricular da Educação Básica das escolas públicas e privadas disciplinas técnicas com o objetivo de incentivar os estudantes a buscarem a formação técnica de nível médio.
4. Estruturar o ensino médio profissionalizante, em escolas públicas e privadas, em parceria com o setor produtivo do Estado e da sociedade civil, de modo afinado com as demandas do mercado de trabalho.

ÓBICES:

1. Falta de modelo básico de gestão do Ensino Técnico com a necessária flexibilidade para atender às diferentes realidades e garantir a adequada qualidade das demandas do mercado por essa modalidade de ensino.
2. Dependência do Sistema "S", principalmente do SENAI e do SENAC na oferta de cursos técnicos.
3. Falta de valorização dos profissionais de nível Técnico e o baixo nível salarial da categoria levam a um certo nível de preconceito da sociedade em relação a formação técnica por não ser Curso Superior, criando desinteresse por parte dos alunos pela escolha do curso de nível médio dessa natureza.

EIXO V: SAÚDE

TEMA 29: Sistema de Saneamento Básico brasileiro.

INCERTEZA CRÍTICA: Abrangência do Sistema de Saneamento Básico Brasileiro, em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: De acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a universalização dos serviços de água e esgoto reduziria em até R$ 1,45 bilhão os custos anuais com saúde. Além disso, a cada R$1,00 investido em saneamento, deverá ser gerada economia de R$4,00 com a prevenção de doenças causadas pela falta do serviço, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). A partir do início dos anos 2020, o Novo Marco Legal trouxe segurança jurídica à iniciativa privada, inclusive internacional, atraindo investimentos que, somados às políticas governamentais, venceram muitos dos óbices existentes. Assim, em 2035, 99% da população tem acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto, resultado que poderia ser melhor, não fossem algumas crises pelas quais passou o país, exigindo prioridade de emprego de recursos em outras áreas.

OBJETIVO:

- Garantir o fornecimento de água potável a 99% da população e a 90%, no que tange à coleta e tratamento de esgoto.

DIRETRIZES:

1. Estabelecer parcerias com empresas (indústrias e empresas de serviço) visando à ampliação da oferta de vagas de trabalho destinadas a profissionais com formação técnica (Ensino Técnico).
2. Maximizar o emprego da água de reuso (esgoto, chuva e áreas de serviço residenciais e empresariais) para outros fins que não o de água potável.
3. Incentivar a participação da iniciativa privada nacional e internacional para a implementação do Marco Legal do Saneamento Básico.
4. Promover campanha de Comunicação Social buscando o apoio da sociedade e lideranças políticas na implementação das diretrizes do Marco Legal do Saneamento Básico.
5. Educar a sociedade no que diz respeito às boas práticas voltadas ao Saneamento Básico.
6. Promover ações governamentais para atender pequenos municípios, onde o investimento privado seja economicamente inviável.
7. Estabelecer políticas para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos.
8. Compatibilizar o Marco Legal do Saneamento Básico com a legislação de tratamento de resíduos sólidos em áreas urbanas.

ÓBICES:

1. Dificuldades na implementação do Marco Legal do Saneamento Básico.

2. Baixo aproveitamento das águas de reuso.
3. Baixa participação da iniciativa privada nacional e internacional nas ações voltadas para o Saneamento Básico.
4. Baixa conscientização das lideranças políticas e da sociedade quanto à importância do Saneamento Básico para a saúde.
5. Dificuldade de investimento em Saneamento Básico em municípios com baixa população e baixa rentabilidade.
6. Deficiente tratamento dos resíduos sólidos em áreas urbanas.
7. Falta de compatibilização entre o Marco Legal do Saneamento Básico e a legislação para tratamento de resíduos sólidos urbanos.

TEMA 30: Sistema Único de Saúde no Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: Pagamentos mínimos no Sistema Público de Saúde, em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: No início dos anos 2020, o Sistema Único de Saúde (SUS) era deficiente e sofria com processos precários de gestão e controle, consumindo enormes quantias de recursos dos orçamentos federal, estaduais e municipais, sem que os cidadãos fossem convenientemente atendidos e fazendo com que mais de 22% da população recorresse aos planos de saúde privados. A saúde financeira era um dos pontos fracos de maior relevância do SUS, comprometendo a viabilidade e, em consequência, a própria sobrevivência do Sistema. Assim, a partir de 2022, os governos passaram a cobrar indenizações, conforme tabela elaborada por especialistas, exclusivamente por parte das pessoas cuja renda familiar fosse maior do que três salários mínimos. Essa medida aliviou o SUS, em curto prazo e, em 2035, o Sistema apresenta melhores condições de sustentabilidade, o que, somadas ao desenvolvimento do setor de saneamento básico, resultou em substancial melhoria da saúde pública no Brasil, com a redução do percentual da população que recorria aos planos de saúde privados.

OBJETIVO:

- Garantir a sustentabilidade econômico-financeira do SUS, de modo a aperfeiçoar a qualidade do atendimento de saúde a toda a população.

DIRETRIZES:

1. Estudar a elaboração e composição dos valores da tabela de coparticipação no SUS.
2. Adequar o marco legal para um funcionamento mais efetivo do SUS.
3. Aprimorar o modelo de gestão dos recursos materiais e instalações do Sistema.
4. Aprimorar a capacitação dos recursos humanos do Sistema nos aspectos profissionais e de civismo e cidadania.

5. Fortalecer a aplicação da Medicina Preventiva no SUS.
6. Incrementar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na área de Saúde, para maior efetividade do Sistema.
7. Criar um Programa de Eliminação das Moléstias Tropicais do ambiente nacional.

ÓBICES:

1. Dificuldade de sanar o elevado déficit econômico financeiro do Sistema.
2. Inadequação do marco legal ao equilíbrio financeiro.
3. Gestão inadequada dos recursos não financeiros do Sistema.
4. Insuficiente valorização do civismo e cidadania junto aos recursos humanos do Sistema.
5. Deficiência das instalações e equipamentos do Sistema.

EIXO VI: SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL

TEMA 31: Integração da Amazônia ao Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: Abrangência da integração da Amazônia ao núcleo de poder nacional e às demais regiões do País em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Nos anos 2020, os investimentos públicos e privados na infraestrutura de transportes da Amazônia permitiram ampliar sua implantação, manutenção, modernização e otimização, logrando significativa melhoria da integração da Região às demais e ao núcleo de poder nacional. Porém, os resultados ainda estão em um nível aquém do necessário, em alguns setores importantes, para que a integração assegure pleno atendimento às demandas decorrentes do desenvolvimento, da segurança nacional e do bem-estar da população regional.

Tal resultado se observa, em diferentes graus, nos modais de telecomunicações, energia elétrica, vigilância e controle de fronteiras e defesa da Pátria.

OBJETIVOS:

- Ampliar as infraestruturas da Amazônia, de modo a consolidar sua integração ao núcleo de poder nacional e às demais regiões do País até 2035.
- Preparar a infraestrutura de transporte e energética regional para a formação de um mercado interno da Bacia Amazônica.

DIRETRIZES:

1. Elaborar planejamento para o desenvolvimento integral e integrado da região Amazônica visando à formação de um mercado regional. Este planejamento deverá ser integrado ao das demais regiões do País.
3. Implantar o Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) Regional e remover as restrições da legislação indígena e ambiental, que se conclua serem radicais, nas áreas atrativas do agronegócio e da mineração.
4. Incentivar o investimento do agronegócio em outras regiões, em especial na região NE, de modo a compensar o que deixar de ser obtido pela sua não expansão em áreas não ocupadas ou degradadas na Amazônia.
5. Incentivar o aumento da produtividade das áreas já ocupadas, legalmente, pelo agronegócio e a mineração, com base em CT&I, bem como a recuperação de áreas degradadas.
6. Avaliar a vantagem de ampliar a utilização de hidroaviões e dirigíveis na região amazônica.
7. Desenvolver o ecoturismo e a pesca desportiva.
8. Desenvolver pesquisas e modelos de negócio para o aproveitamento rentável da biodiversidade regional com vistas aos mercados internos e externos.
9. Desenvolver pesquisas e modelos de negócio para o aproveitamento rentável da psicultura com vistas aos mercados internos e externos.

10. Agregar valor aos produtos do agronegócio e da mineração.
11. Prover incentivos governamentais para a Indústria 4.0 e o agronegócio.
12. Viabilizar o desenvolvimento, com visão nacional e não apenas regional, na preservação climática e ambiental não imobilista, mas racional, que contemple a interação do homem com a natureza, assegurando que ela permaneça proporcionando progresso ao ser humano em um futuro longínquo, condição de nossa sobrevivência na Terra.
13. Limitar ao máximo as tentativas de influência político-partidária nas decisões a serem tomadas, quando elas estiverem calcadas em interesses grupais e individuais, com prejuízo dos interesses da coletividade regional e nacional.
14. Promover uma intensa campanha de comunicação social, para atrair o apoio nacional e de setores estratégicos da sociedade.
15. Aceitar o apoio e a participação de atores internacionais nos programas e projetos, desde que não comprometam a soberania do país nos assuntos que envolvam interesses vitais.
16. Recuperar a BR-319 para viabilizar a ligação da Amazônia Ocidental ao Centro-Oeste, adotando medidas que, na atualidade e no futuro, garantam um alto nível de preservação ambiental.
17. Investir na integração dos modais de transporte da Calha Norte ao Sistema Rodoferroviário Nacional.

ÓBICES:

1. Falta de consenso sobre os modelos de desenvolvimento das "diferentes amazônias" de nossa Amazônia, havendo um conflito ainda inconciliável entre os adeptos do desenvolvimento com a floresta em pé e os que admitem sua maior exploração.
2. Falta de consenso sobre as reais consequências climáticas da ocupação e exploração da Amazônia.
3. Falta de segurança jurídica e carência de incentivos para a iniciativa privada investir em infraestrutura na Amazônia.
4. Falta de um planejamento que contemple o desenvolvimento abrangente da Amazônia e que seja integrado ao de outras regiões, particularmente o Nordeste, e que considere a vocação econômica e importância ambiental de cada sub-região amazônica, com visão prospectiva para não comprometer o futuro, desgastando, no presente, as energias vitais da região como um todo.
5. A falta desse planejamento abrangente e integrado impede que se estabeleçam as pautas para uma integração efetiva da Amazônia ao núcleo de poder do País e às demais regiões.
6. Influência de interesses político-partidários, com prejuízo dos coletivos regionais e nacionais.

7. Ingerência internacional na região, com a participação de atores estatais e não-estatais, inclusive de organismos internacionais, e de segmentos internos com forte poder midiático e político.
8. Falta de conhecimento do público em relação à magnitude do potencial e dos problemas regionais, criando vulnerabilidade à propaganda adversa.
9. Isolamento e abandono da população nativa.
10. Falta de integração viária da Calha Norte ao sistema nacional.
11. Falta de capacidade energética da Calha Norte.
12. Falta de um plano estratégico de desenvolvimento da Bacia Amazônica.
13. Conflitos administrativos entre as esferas Federal, Estadual e Municipal.
14. Despreparo gerencial de prefeitos.

TEMA 32: Segurança, Defesa e Projeção do Brasil, diante das restrições internacionais nos campos militar e científico-tecnológico.

INCERTEZA CRÍTICA: Capacidade de dissuasão militar extrarregional do Brasil para a Segurança, Defesa e Projeção de Poder.

MINI CENÁRIO FOCO: Em 2035, a capacidade de dissuasão militar extrarregional e a de projeção de poder não são plenas, mas estão ampliadas em relação ao início dos anos 2020. A liderança e a sociedade finalmente identificaram ameaças potenciais e reais ao País e, por isso, se elevou a prioridade e foram acelerados Projetos Estratégicos da Defesa Nacional. O Brasil resistiu às pressões internacionais contra seu fortalecimento militar e científico tecnológico. Assim, o País adquiriu maior liberdade de ação para defender seus interesses de segurança e de projeção no Entorno Estratégico. Em consequência, ampliou sua capacidade para enfrentar pressões alienígenas que ameacem a soberania, a integridade territorial, a exploração do próprio patrimônio e a projeção de poder em apoio à Política Externa do Brasil.

OBJETIVO:

- Alcançar o nível de dissuasão extrarregional em face de potências que, eventualmente, ameacem os interesses importantes ou vitais para nossa defesa e projeção de poder.

DIRETRIZES:

1. Atualizar a Política e a Estratégia Militar de Defesa, de modo a identificar as áreas estratégicas prioritárias de defesa e de projeção de poder, bem como ameaças potenciais e ou concretas aos interesses nacionais.
2. Conscientizar as lideranças e a sociedade sobre a necessidade de um poder militar e CT compatível com o status internacional do Brasil, diante dos desafios que vai enfrentar, em consequência da projeção de potências globais, rivais entre si, em nosso Entorno Estratégico.

3. Exercer maior autonomia nas relações internacionais, antecipando-se ou reagindo, de modo a enfrentar pressões alienígenas que pretendam restringir o fortalecimento militar e CT do Brasil, o desenvolvimento nacional e a exploração soberana de nosso patrimônio.
4. Buscar maior autonomia nos campos militar e CT, bem como na produção industrial, seja pela produção autóctone dos itens de defesa de maior valor estratégico, seja diversificando as parcerias para evitar a dependência exclusiva.
5. Ampliar a integração das FA nos planejamentos e no desenvolvimento de projetos de defesa de maior valor estratégico e operacional, o que exige uma ação mais efetiva do Ministério da Defesa como coordenador e orientador dos citados planejamentos e projetos, de modo a manter o alinhamento aos Objetivos e às Diretrizes estabelecidos, bem como evitar a dispersão de recursos.
6. Desenvolver um Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e de Negação de Área.
7. Atrair os setores empresariais, acadêmicos, políticos e, especialmente, o diplomático para a participação nos assuntos afetos à defesa e projeção do Brasil, de modo a assegurar maior compreensão sobre os desafios ao País na Geopolítica mundial.
8. Implementar campanhas de comunicação para conscientizar a Nação e suas lideranças sobre a importância dos temas de defesa e projeção de poder.

ÓBICES:

1. Política e Estratégia Militar de Defesa desatualizadas, particularmente no tocante à determinação dos espaços territoriais, marítimos e aéreos prioritários para a defesa e das ameaças potenciais e reais à nossa soberania e integridade territorial.
2. Falta de percepção do jogo do poder mundial, desconhecimento da História geral e da Geopolítica internacional e deficiente visão estratégica das lideranças nacionais e da sociedade como um todo comprometem a percepção de problemas e ameaças aos nossos interesses vitais e, em consequência, acabam por restringir os recursos necessários ao fortalecimento militar e CT do País.
3. Tendência do País a fazer concessões que prejudicam o seu fortalecimento militar e CT, quando submetido a pressões políticas, econômicas e psicossociais de potências estrangeiras.
4. Baixa autonomia na produção de meios de defesa de maior valor estratégico.
5. Falta de um Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e de Negação de Área.
6. Baixa integração das Forças Armadas no desenvolvimento de projetos estratégicos voltados diretamente à defesa nacional, dispersando recursos e comprometendo a eficácia operacional.

TEMA 33: Evolução da Inteligência Estratégica Brasileira.

INCERTEZA CRÍTICA: Estruturação e integração da Inteligência Estratégica Nacional, até 2035, para o efetivo cumprimento de sua missão institucional.

MINI CENÁRIO FOCO: Desde o início da década dos anos 2020, o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) passou por reformas estruturais, ganhando em integração, coordenação e qualidade do serviço prestado. Um fator que muito contribuiu para tal avanço foi a mudança de percepção da sociedade e da liderança nacional, que tomaram consciência da relevância estratégica da Inteligência para a segurança do País. A evolução do SISBIN logrou, em boa medida, a modernização dos processos operacionais, dos equipamentos, da formação de recursos humanos, melhorando o desempenho, e, também, maior integração e coordenação dos órgãos componentes. Em 2035, a efetividade do SISBIN é bem maior e o Sistema consegue subsidiar o processo decisório do mais alto nível, embora com restrições, certas vezes, significativas.

OBJETIVO:

- Aumentar e consolidar a capacidade de o SISBIN contribuir para a defesa do Estado e da sociedade por meio de sua atividade fim, de forma a aumentar a confiança da Nação e reduzir o cerceamento de suas atividades.

DIRETRIZES:

1. Aumentar e consolidar a integração dos componentes do SISBIN entre si e com o núcleo decisório do poder nacional até 2035.
2. Aumentar e consolidar a credibilidade e o prestígio do Serviço de Inteligência de Estado, por meio da qualidade de seus produtos.
3. Atualizar a legislação que regula a atividade de Inteligência, para permitir a seleção de quadros vocacionados e experientes, no âmbito do Serviço Público e do mercado, e para garantir segurança jurídica para o seu exercício.
4. Aperfeiçoar os critérios de ascensão dos quadros da agência central, valorizando a meritocracia.
5. Recrutar quadros especializados em Relações Internacionais, Geopolítica, História, Economia Global e Sistema Financeiro nacional e internacional.
6. Combater as tentativas de influências político-partidárias e ideológicas nas atividades de Inteligência.
7. Implementar campanhas de comunicação institucional governamental sobre os benefícios coletivos advindos de um serviço de Inteligência efetivo.
8. Promover o aperfeiçoamento da atividade de Contrainteligência, inclusive a orgânica.
9. Investir na capacitação continuada dos servidores da área de Inteligência.
10. Proibir a sindicalização dos integrantes públicos do SISBIN.
11. Investir na segurança cibernética, desenvolvendo capacidades de defesa e ataque cibernético.
12. Combater o desvio de finalidade de parte dos servidores do SISBIN.

13. Avaliar propostas de cooperação com atores estrangeiros ou com eles relacionados, estabelecendo protocolos que impeçam a ingerência, espionagem e outras ações que comprometam o SISBIN e interesses nacionais específicos.
14. Aprimorar a capacitação dos analistas na avaliação das conjunturas internacional e nacional.
15. Estabelecer normas com alto nível de sigilo para a cooperação contínua entre o órgão central coordenador de Contrainteligência e unidade específica do MRE.

ÓBICES:

1. Dificuldade do consenso entre os membros do SISBIN sobre os cenários e atores no jogo do poder nacional e internacional.
2. Deficiência nas ações de Contrainteligência aplicadas às ameaças internas e externas, principalmente no campo psicossocial.
3. Falta de segurança jurídica e de maior liberdade de ação para o exercício das atividades de Inteligência.
4. Influência de interesses político-partidários e setoriais, bem como existência de disputas de poder entre componentes do Sistema.
5. Dificuldade de obtenção de pessoal especializado em analise e operações em Inteligência, no efetivo necessário.
6. Exigência de concurso público com identificação ostensiva dos candidatos a profissionais de Inteligência, quando essa seleção deveria seguir critérios de avaliação estabelecidos pelo próprio Sistema, com acompanhamento externo tipo auditoria oficial.
7. Preconceito contra as atividades de Inteligência do Estado em segmentos importantes da sociedade civil e das lideranças nos âmbitos público e privado.
8. Falta de compreensão das finalidades do SISBIN ou, ainda, preconceito de membros da Comissão Parlamentar Mista de Controle da Atividade de Inteligência.
9. Dificuldade em limitar influências ideológicas nas atividades de Inteligência, com prejuízo para a tomada de decisões focadas apenas no interesse nacional.
10. Compartilhamento deficiente do conhecimento obtido pela Inteligência, em face da compartimentação e dificuldade de integração dos componentes do SISBIN.
11. Rodízio frequente de membros do subsistema militar, um dos mais importantes do SISBIN.
12. Ameaças de ataques cibernéticos aos sistemas computacionais do SISBIN.
13. Possibilidade de potências estrangeiras tentarem influenciar a atividade de Inteligência, sob o pretexto de cooperar com os órgãos do Sistema.
14. Forte probabilidade de espionagem no SISBIN.
15. Desvio de finalidade de parte dos servidores do SISBIN.
16. Sindicalização dos profissionais de Inteligência.

TEMA 34: Defesa Cibernética no Brasil.

INCERTEZA CRÍTICA: Situação da Defesa Cibernética no Brasil, diante de ameaças a interesses importantes ou vitais do País, lideradas por atores externos.

MINI CENÁRIO FOCO: Ao longo da década de 2020, os governos trataram a segurança cibernética com mais prioridade, aumentando os recursos necessários ao seu fortalecimento. A cooperação internacional nunca foi descartada, mas a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética de 2020 e suas atualizações sempre consideraram que os aliados em determinados contextos poderiam ser ou se unir a oponentes em outros, conforme a história comprova. Portanto, optou-se por desenvolver a segurança cibernética com o máximo de autonomia. Em 2035, a nação conhece os riscos de ataques às nossas Infraestruturas Críticas, sejam as militares ou as civis, como as que gerenciam as finanças, telecomunicações, energia elétrica, água, tráfego aéreo e outras, todas passíveis de ser afetadas e entrar em colapso, tornando indefeso e paralisando o País. A história recente mostrou essa ameaça real e potencial em experiências de atores estatais e não estatais, internos e internacionais, inclusive o Brasil, uma das *vítimas* em passado recente. Assim, em 2035, o Brasil possui um Sistema de Segurança Cibernética bem integrado, com bom desempenho e elevado nível de segurança, embora ainda carente de importantes aperfeiçoamentos. O País é capaz não só de neutralizar a maior parte dos ataques sofridos como, também, de realizar ataques a sistemas críticos de potenciais ameaças, resultando em importante nível de dissuasão.

OBJETIVO:

- Dotar o Brasil de efetivos recursos e de alta preparação para a sua segurança cibernética, por meio de ações de defesa e ataque, de modo a garantir interesses importantes e vitais.

DIRETRIZES:

1. Ampliar o domínio em sistemas operacionais e *hardware*, viabilizando o desenvolvimento de sistemas nacionais menos sujeitos a *weakwares*, para uso em ambientes de alta segurança.
2. Aproximar e integrar a Academia, as Forças Armadas, o Itamaraty, provedores de Internet, empresas de segurança e os setores interessados, viabilizando a realização de pesquisas e análises mais rápidas e possibilitando o desenvolvimento de ferramentas que aprimorem a segurança cibernética nacional.
3. Estímulo à cooperação internacional, principalmente nas áreas de pesquisa, tratamento de incidentes e análise de *malware*.
4. Elaboração de Políticas Públicas e parcerias com o setor privado e terceiro setor, objetivando viabilizar o desenvolvimento e aprimoramento dos recursos necessários para a melhoria da segurança cibernética nacional.
5. Aumentar a divulgação de cartilhas e material educativo para segurança da informação.
6. Incluir a segurança da informação nos currículos escolares.
7. Criar o Comando Nacional Integrado de Defesa Cibernética, congregando as Forças Armadas, o Setor Público, o Setor Privado e o Terceiro Setor.

8. Desenvolver a capacidade de gestão de riscos e de crises.

ÓBICES:

1. Limitado domínio de sistemas operacionais e de *hardware*, tornando os sistemas nacionais sempre vulneráveis às *weakwares* (vulnerabilidades provavelmente implantadas nesses recursos).
2. Insuficiente capacidade e integração de esforços, recursos e conhecimentos entre a Academia, Forças Armadas, o Itamaraty e empresas da Base Industrial de Defesa, ligadas à Defesa Cibernética, para a geração das ferramentas necessárias a essa área.
3. Baixo aproveitamento de cooperações internacionais para a Defesa Cibernética.
4. Apesar de ser uma área prevista na Estratégia Nacional de Defesa, ainda há insuficiência de recursos financeiros e humanos qualificados para o desenvolvimento das ferramentas necessárias às atividades da Defesa Cibernética.

EIXO VII: SEGURANÇA PÚBLICA

TEMA 35: **Segurança cibernética nos setores de Segurança Pública e Social e Econômico-Financeiro do Brasil.**

INCERTEZA CRÍTICA: Situação da segurança cibernética no Brasil, em 2035, em face de ameaças aos campos de Segurança Pública e Social e ao Econômico-Financeiro.

MINI CENÁRIO FOCO: Em 2035, a Nação está consciente dos sérios prejuízos financeiros e econômicos causados a indivíduos e a organizações de distintas naturezas e à sociedade, possíveis de acontecer, fruto de ataques cibernéticos. Esta ameaça agravou-se desde os anos 2020. Os ataques se tornaram mais sofisticados quando as organizações adaptaram seus modelos de negócio para a transformação digital, fazendo uso intensivo de dados, da nuvem, da hiperconectividade e da inteligência artificial. Ao longo da década passada, houve crescente integração de governos, empresas e academia, melhorando efetivamente a segurança cibernética. Portanto, em 2035, o Brasil tem um Sistema de Segurança Cibernética com bom desempenho, fruto de sua eficiente integração, uso de tecnologias de ponta (Inteligência Artificial, Transformação Digital e Computação Quântica), que envolvem implementação e uso de sistemas de PD&I, automação de processos, doutrina bem fundamentada, adequação à cultura e capital humano preparado. Além dessas características o Brasil conta com consistentes parcerias internacionais. Assim, o campo de Segurança Pública e Social e o Econômico-Financeiro, ainda que suscetíveis a ataques cibernéticos, neutralizam boa parte dos ataques, colocando o País no ranking dos mais seguros no campo cibernético.

OBJETIVO:

- Desenvolver no Brasil a cultura de segurança cibernética, dotando o País com sistemas de efetiva prevenção e combate a esse tipo de ameaça aos campos de Segurança Pública e Social e ao Econômico-Financeiro.

DIRETRIZES:

1. Ampliar o domínio em sistemas operacionais e *hardware*, viabilizando o desenvolvimento de sistemas nacionais compatíveis com o mercado e menos sujeitos a *weakwares*, para uso em ambientes de alta segurança.
2. Aproximar e integrar a Academia, as Forças Armadas, o Itamaraty, provedores de Internet, empresas da Base Industrial de Defesa ligadas à área e aos setores de Inteligência, viabilizando a realização de pesquisas e análises mais rápidas e possibilitando o desenvolvimento e aperfeiçoamento de ferramentas que ampliem a segurança cibernética nacional.
3. Aproveitamento das atividades de cooperação internacional, principalmente nas áreas de pesquisa, gestão de riscos e crises e análise de *malwares*.
4. Aprimoramento da capacitação e integração do pessoal envolvido em pesquisa e desenvolvimento de métodos, doutrinas e ferramentas para a segurança cibernética.

5. Investimento no desenvolvimento de ferramentas duais para a segurança e a defesa cibernética, reduzindo os custos e esforços necessários.
6. Investimento no desenvolvimento de ferramentas específicas para a segurança cibernética.
7. Estudar e comparar as vantagens da implementação de um Sistema Único de Segurança ou de sistemas municipalizados, nesse caso, integrados por meio de uma Política Nacional, porém, pensada a partir do município.

ÓBICES:

1. Limitado domínio de sistemas operacionais e de *hardware*, tornando os sistemas nacionais sempre vulneráveis às *weakwares* (vulnerabilidades provavelmente implantadas nesses recursos).
2. Baixa integração entre a Academia, as Forças Armadas, o Itamaraty, empresas nacionais de Segurança, grupos de hackers nacionais e os setores interessados em maior segurança cibernética.
3. Baixo aproveitamento de cooperações internacionais nas diversas áreas.
4. Falta de políticas públicas e parcerias com o setor privado e o terceiro setor que viabilizem maior aporte de recursos para o desenvolvimento de ferramentas que propiciem uma maior segurança cibernética.
5. Fraca cultura de segurança da informação no País.

TEMA 36: **Situação da Segurança Pública no Brasil.**

INCERTEZA CRÍTICA: Resultado das Políticas de Segurança Pública (PSP) aplicadas no País, em 2035, diante do poder das Organizações Criminosas (ORCRIM).

MINI CENÁRIO FOCO: Em função de sucessivas PSP implementadas com razoável permanência, assertividade e rigor, no período de 2021 a 2035, a situação da Segurança Pública apresentou melhora relevante com relação a 2021. Da mesma forma, a Justiça adotou normas legais específicas e mais severas, voltadas ao combate ao crime organizado, tornando os processos mais ágeis e eficazes. A gestão do Sistema Prisional, no tocante à recuperação dos cidadãos apenados, teve pequena melhora, mas não no mesmo nível observado na Segurança Pública como um todo. Os índices de violência foram reduzidos em muitas regiões do País, embora algumas ORCRIM ainda permaneçam fortes em determinadas áreas urbanas de grandes cidades, onde desafiam o poder do Estado.

OBJETIVOS:

- Implementar políticas e práticas no Sistema Criminal para que os índices de criminalidade no Brasil sejam reduzidos aos moldes de países com IDHs e raízes culturais similares.
- Neutralizar o poder das organizações criminosas violentas do cenário nacional.

DIRETRIZES:

1. Estudar as vantagens e a viabilidade de criação de Gendarmeria Federal de fronteiras, portos e aeroportos e de uma Guarda Costeira, em conformidade com os casos de sucesso de países amigos.
2. Avançar o processo legislativo-normativo para implementação do ciclo completo de polícia paras as PMs e a PRF.
3. Estudar a reativação do Ministério da Segurança Pública, priorizando a sua ocupação por profissionais da área de Segurança Pública.
4. Criar grupo de trabalho na Secretaria Nacional da Segurança Pública, para coordenação e troca de informações pelo canal técnico com todas as PMs, PRF e guardas civis.
5. Promover reformas no arcabouço legislativo, jurídico e prisional, de forma a reduzir a impunidade e tornar a Lei efetiva, ágil e igual, de fato, para todos os atores da sociedade.
6. Estudar e propor uma Lei Nacional de Combate ao Crime Organizado, que o tipifique e o detalhe e, também, permita isolar, indiciar, julgar e condenar, de forma ágil e rigorosa, aqueles a quem um juiz nela enquadrar.
7. Aprimorar a legislação referente às audiências de custódia e aos "saidões," de modo a corrigir as distorções atualmente observadas.
8. Reformular a Secretaria Nacional Antidrogas, de modo a aprimorar os índices de efetividade, aplicando as melhores práticas internacionais.
9. Criar uma secretaria de pesquisa técnico e científica, que substitua as organizações não especializadas na área de Segurança Pública na compilação de dados e análise estatística de criminalidade.
10. Criar Forças Tarefas Especiais entre a Polícia Federal, PGR e Judiciário Federal, em cada estado, com foco em combate à corrupção de grande porte nos governos estaduais e municipais.
11. Ampliar e especializar as atribuições da Secretaria Nacional Antidrogas, de modo a coibir a apologia aos crimes de consumo e tráfico de drogas no âmbito da sociedade.
12. Garantir os recursos necessários aos PROERDs (Programas de Educação para Resistência as Drogas) das PMs, para o cumprimento das metas estabelecidas em relação ao público-alvo.
13. Iniciar programas de cooperação com países de similaridade legislativo-cultural para instrução, inteligência e operações internacionais, principalmente o policiamento preventivo.
14. Atualizar a legislação que regula as PMs, valorizando os altos comandos dessas corporações, de modo a limitar a ingerência político-partidária na carreira dos seus quadros e no cumprimento de suas missões, bem como a

fortalecer sua ligação com o Exército, haja vista a condição de reservas da Força Terrestre.

15. Buscar alinhamento com as Diretrizes 1, 2, 7 e 8 do Tema 25 – Ensino Básico.

ÓBICES:

1. Falta de corporações policiais militares federais (tipo gendarmerias) para atuação na guarda de portos, aeroportos, linha costeira e linha de fronteira.
2. Ausência de autoridade legal para atuação e investigação por parte das polícias militares estaduais e da Polícia Rodoviária Federal.
3. Pouca liberdade de ação para a Secretaria Nacional de Segurança Pública combater a criminalidade
4. Ocupação de cargos de nível Político-Estratégico na área de Segurança Pública por agentes políticos e ideológicos.
5. Preconceito à ocupação de cargos de nível Político-Estratégico por oficiais das Polícias Militares.
6. Descoordenação das polícias preventivas na atuação contra o crime organizado violento.
7. Falta de vetor de *accountability* nas decisões judiciais com a devida responsabilização por desídia, má fé ou corrupção.
8. Falta de política pública clara de combate à impunidade, ao consumo e ao tráfico de drogas.
9. Ausência de órgão técnico-científico no Governo Federal que substitua ONGs financiadas com capital estrangeiro na compilação, análise e relatórios de índices criminais no país.
10. Poder de corrupção do crime organizado minando, em todos os níveis e setores, a execução das Políticas Nacionais de Segurança Pública.
11. Poder de corrupção do crime organizado junto aos profissionais de Direito, em todos os níveis e instâncias.
12. Poder político e sociocultural de lideranças ideológicas interessadas no descrédito do Estado, no tocante à sua atuação no combate à criminalidade.
13. Lentidão e leniência do sistema judicial.
14. Perda de controle social pelo Estado em amplas áreas urbanas.
15. Lentidão da melhoria dos IDH, da PNAD contínua, da educação e do progresso social em geral.
16. Dificuldade para reverter o crescimento dos índices negativos dos indutores de violência: consumo e tráfico de drogas ilegais; desagregação familiar; desmotivação e evasão escolar; promoção de antivalores culturais contrapostos a valores como honestidade, verdade, civilidade, bem, moralidade, lisura, respeito à coisa pública, liberdade de pensamento, vida; e outros.

TEMA 37: Sistema Prisional Brasileiro.

INCERTEZA CRÍTICA: Eficácia do Sistema Prisional Brasileiro em 2035.

MINI CENÁRIO FOCO: Apesar da melhora dos índices da Segurança Pública, a eficácia do Sistema Prisional Brasileiro ainda precisa de políticas mais efetivas, de modo a aperfeiçoar sua gestão. Em 2035, houve uma limitada melhora, com a Taxa de Reincidência, que em 2020 era de 70%, baixando para 65%. Persistem alguns óbices do início dos anos 2020, cujas consequências são severas para a eficácia do sistema, dificultando a melhora da taxa retromencionada.

OBJETIVO:

- Implementar novas políticas e práticas em todo o Sistema Penal, federal e estadual, de modo a desarticular as facções criminosas que se infiltram, recrutam e controlam grande parte dos cárceres brasileiros.

DIRETRIZES:

1. Elaborar um novo estatuto da carreira policial penal, usando como referência países com casos de sucesso no combate ao crime organizado.
2. Avançar os projetos de lei para implementação do ciclo completo de polícia paras as polícias penais.
3. Implementar e propiciar um currículo mínimo de formação e capacitação dos policiais penais.
4. Criar um órgão no Ministério da Justiça e Segurança Pública para a coordenação e a troca de informações pelo canal técnico com todas as polícias penais.
5. Criar um fundo de reequipamento para as polícias penais com foco em tecnologias de controle de aparelhos eletrônicos de comunicação e de entrada de objetos proibidos nas prisões.
6. Construir prisões de segurança máxima (SUPERMAX) para criminosos perigosos ou faccionados em todos os estados e no DF.
7. Criar um observatório no Ministério da Justiça e Segurança Pública para monitoramento de decisões judiciais que comprometam a segurança pública e a paz social.
8. Criar Forças Tarefas Especiais entre as polícias penais e as PMs para combate ao crime organizado dentro dos presídios.
9. Criar banco de dados com acesso remoto às informações sobre criminosos faccionados e comparsas.
10. Criar câmaras de monitoramento do cumprimento de penas de membros do crime organizado com participação de membros das forças policiais, MP e Poder Judiciário.
11. Iniciar programas de cooperação internacional, particularmente, com países fronteiriços para troca e intercâmbio de informações sobre criminosos e presos internacionais.

ÓBICES:

1. Falta de padronização e regras claras de carreira e progressão nas polícias penais estaduais e federais.
2. Ausência de currículo mínimo de formação e capacitação continuada nas polícias penais estaduais e federais.
3. Falta do ciclo completo de polícia para as polícias penais.
4. Descoordenação das polícias penais na atuação contra o crime organizado dentro dos presídios.
5. Falta de tecnologias básicas para evitar a entrada e o uso de aparelhos de comunicação dentro dos presídios.
6. Ausência de presídios federais do tipo SUPERMAX em todos os estados com o regime disciplinar diferenciado para os líderes de facções criminosas presos.
7. Ausência de tipos penais e políticas criminais que impeçam ao Judiciário soltar criminosos pertencentes ao crime organizado.
8. Condições precárias do sistema carcerário para a recuperação dos presos condenados.
9. Frouxidão das leis, regulamentos e normas de execução e de progressão penal.
10. Inoperância da ressociabilização dos apenados.

AUTORES DO PROJETO DE NAÇÃO

Coodenadores

General Luiz Eduardo Rocha Paiva
Professora Maria Verônica Korilio Campos

Comitê Revisor

General Alberto Mendes Cardoso
Professor Ricardo Véllez Rodríguez
Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes
Embaixador José Antonio Macedo Soares
General Maynard Marques de Santa Rosa
Professor Timothy Martins Mulholland
Coronel Raul José de Abreu Sturari

Membros e colaboradores do Instituto Sagres

Artur de Melo Reis
Cláudio Gomes de Oliveira
Diógenes Lima Neto
Dóris Santos de Faria
Eduardo Martins Franco
Fábio Sahm Paggiaro
Fábio Santos
Homero Zanotta
Israel Ferreira Costa
Ivomar Schuler da Costa
Jacintho Mendes Lopes Júnior
Jefferson de Souza Oliveira
Jetson Turquiello
Joanisval Brito Gonçalves
José Carlos Alves
Jucimar Mattos
Juliane Michelle Marucci Lopes
Leonardo Carvalho de Paula
Leonardo José Machado Brant
Luís Henrique Sganzella
Marcondes Moreira
Olavo Mendonça
Paulo Berguenmayer
Paulo Egler
Paulo Henrique Gregório
Ridauto Lúcio Fernandes
Romilson Volotão
Stavros Xanthopoylos
Thomas Korontai
Túlio Eufrásio Marques Júnior

In Memorian

Adrian Nicolaiev
Rossana Pavaneli

SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS

INSTITUTO General Villas Bôas

Instituto Federalista

PROJETO DE NAÇÃO

O BRASIL EM 2035

DESIGN ONIX BRASIL 61 99100-7465